

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATEUS CARVALHO CENEDEZE

**INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE ECONÔMICO DAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014**

Porto Alegre

2018

MATEUS CARVALHO CENEDEZE

**INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE ECONÔMICO DAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2018

MATEUS CARVALHO CENEDEZE

**INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE ECONÔMICO DAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de Junho de 2018.

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Cenedeze, Mateus Carvalho
INFLUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE
ECONÔMICO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014 / Mateus
Carvalho Cenedeze. -- 2018.
64 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desenvolvimentismo. 2. Política Econômica
Brasileira. 3. Eleições Presidenciais. I. Filippi,
Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

RESUMO

O objetivo do trabalho é investigar a influência do desenvolvimentismo, segundo um conceito teórico que o trabalho encontrará, no debate econômico das eleições presidenciais de 2014. Para tanto, tomaremos como suporte da visão de política econômica dos quatro candidatos mais bem votados nas eleições seus planos de governo. Apesar das limitações estruturais os planos de governo oferecem coerência e peso institucional suficientes para a presente pesquisa. O desenvolvimentismo, enquanto teoria de política econômica, é um pensamento fundamental na formação do próprio conceito de política econômica no Brasil, além de marca presença na academia atualmente, portanto, estudar a sua influência no debate econômico atual é uma pesquisa legítima. As conclusões do trabalho foram satisfatórias, sendo possível perceber a presença de pontos de contato entre o conceito de desenvolvimentismo apresentado e os planos de governo dos quatro candidatos mais bem votados nas eleições de 2014. Entretanto, nenhum dos planos de governo, bem como os respectivos partidos e candidatos, pode ser qualificado como plenamente desenvolvimentista. O que pode-se concluir é a presença significativa de fundamentos desenvolvimentistas nas políticas apresentadas pelos candidatos. O desenvolvimentismo não possui uma presença dominante na política econômica atual a ponto de encontrarmos um candidato 'puramente' desenvolvimentista, que defendesse uma política econômica plenamente desenvolvimentista, entretanto, é possível que ele possua um papel de defesa de determinadas bandeiras econômicas, tendo em vista que encontramos marcas conceituais em todos os planos de governo estudados. Entretanto, esse tema foge de nosso objeto e pode ser um tema para um posterior trabalho.

Palavras-Chave: Desenvolvimentismo. Política Econômica Brasileira. Eleições Presidenciais.

ABSTRACT

The aim of this assignment is to investigate the influence of developmentalism, based upon a theoretical concept that will be found in the economical presidential debate of 2014 Brazilian elections. Henceforth it will be taken in consideration the economical political views of the top four voted candidates and their governmental plans. In spite of structural limitations, the governmental plans offer enough coherence and institutional balance for the research. Developmentalism, as economical political theory, is a fundamental issue in its own concept formation of Brazilian economical policy, and also present part in current academy, therefore, studying its influence in current economical debate is a legit research. The conclusions from this assignment were satisfactory, it was possible to perceive the presence of the contact areas between the concept of developmentalism and the governmental plans of the top four candidates in 2014 elections. Moreover, none of the governmental plans, as well as the respective political parties and candidates, can be called a hundred per cent developmentalist. What can be concluded is the meaningful presence of developmentalist fundamentals in each of the candidates' proposals. Developmentalism does not have a dominant presence in current economical policy in a manner that we may find an 'entirely' developmentalist candidate, that stood for an 'entirely' developmentalist economical policy, however, it is possible for the candidate to have a defensive position about certain economical matters, keeping in mind that we find conceptual spots in all governmental plans studied. But this subject drives our attention away from our aim and can be target of future studies.

KEYWORDS: Developmentalism. Brazilian Economy Policy. Presidential Elections.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	PANORAMA DOS GOVERNOS PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2014.....	13
2.1	LEGADO DA GESTÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) – 1994 a 2002.....	13
2.2	GOVERNO LULA – 2002 a 2010.....	17
2.3	GOVERNO DILMA – 2010 a 2014	21
3	CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO.....	25
2.1	COMPOSIÇÃO DO CONCEITO.....	35
4	ANÁLISE DOS PROGRAMAS	37
4.1	LUCIANA GENRO.....	37
4.1.1	Apresentação do plano.....	38
4.1.2	Análise do plano.....	39
4.1.3	O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?.....	41
4.2	MARINA SILVA.....	43
4.2.1	Apresentação do plano.....	43

4.2.2 Análise do plano.....	44
4.2.3 O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?.....	47
4.3 AÉCIO NEVES.....	47
4.3.1. Apresentação do plano.....	47
4.3.2 Análise do plano.....	47
4.3.3 O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?.....	51
4.4 DILMA ROUSSEF.....	53
4.4.1 Apresentação do plano.....	53
4.4.2 Análise do plano.....	53
4.4.3 O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?.....	55
5 CONCLUSÃO	58

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho o objeto de estudo é a influência do desenvolvimentismo, enquanto teoria, sobre o debate atual quanto à política econômica no Brasil. Para tanto, nosso objeto percorrerá também as temáticas eleitoral e partidária, tendo em vista a forma que o trabalho abordará o objeto. Os planos de governo dos quatro candidatos mais votados nas eleições de 2014 serão tomados como suporte de sua visão de ação na política econômica. Para analisar essa suposta influência será observada a relação entre o conceito de desenvolvimentismo apresentado neste trabalho e o conteúdo posto pelos candidatos em seus planos de governo.

O que se pretende alcançar nesse trabalho é analisar a aderência dos planos de governo de lideranças políticas nas eleições de 2014 às concepções políticas desenvolvimentistas. O método portanto, será a procura nos planos de governo de políticas, discursos ou teses que tenham sofrido influência da corrente de pensamento desenvolvimentista. Para isso se chegará a um conceito de desenvolvimentismo que servirá como base da análise. Esse conceito servirá de medida da influência do desenvolvimentismo nos planos de governo. Convém observar que esse conceito encontrado servirá de base, mas não será a única referência utilizada na análise; os conceitos apresentados serão parâmetros considerados na análise. A escolha dos planos de governo como suporte da visão política das lideranças analisadas, se justifica por diversas razões. Primeiro, o plano de governo é o documento oficial responsável por carregar o discurso dos candidatos, de maneira que todos candidatos são obrigados por lei a apresentar seu plano de governo. Ou seja, há uma força constitucional pesando seu feitio. Nas eleições de 2014 todos os planos de governo foram registrados junto ao TSE. Portanto, de todos os possíveis objetos de análise (discursos, debates, propaganda eleitoral, e etc..) esse é o de maior autoridade oficial e de lei. Segundo, a despeito de um suposto desdém dos candidatos em relação ao plano de governo o vendo apenas como uma obrigação burocrática, é preciso notar o período de publicação: época de eleições. Tendo em vista esse período específico decorrem duas coisas: em primeiro lugar, podemos sim assumir que ele é considerado mais como um discurso político do que como um compromisso de governo por parte do candidato,

entretanto, e em segundo lugar, seu caráter de discurso oficial não deixará nenhum candidato se comprometer com sua base inserindo em seu discurso algum ponto totalmente fora de sua plataforma política. De modo que, nenhum candidato de esquerda vai inserir uma política de privatização radical em seu programa de governo. Portanto, o plano de governo pode não ser amplo, mas com certeza é coerente. Tendo em vista nosso objetivo de medir a influência do desenvolvimentismo na política econômica a coerência dos planos de governo já nos servirá. A escolha dos quatro primeiros candidatos se justifica por sua representatividade no resultado das eleições em 2014. Juntos somam 98,01 % dos votos válidos, ou seja, todos os outros 7 candidatos somam menos de 2%. Portanto, o presente trabalho ocupa-se com praticamente o total de eleitores de 2014. Além disso, a quarta colocada, Luciana Genro, possui mais que o dobro de votos do que o quinto colocado, Pastor Everaldo, mais uma vez expressando o destaque desse grupo em relação aos demais.

Considerando-se essa realidade em relação a amplitude, não pretendo de modo algum afirmar que o líder político analisado seja desenvolvimentista, ou que seu eventual governo seria desenvolvimentista, mas sim mensurar o grau de aderência do seu plano de governo à política desenvolvimentista. Ou seja, concluirei que seu plano de governo, com suas políticas, discursos e teses, sofreram influência em seu teor, e portanto isso pode ser um indicativo acerca do líder em questão. Nesse ponto do trabalho chegamos em um ponto crítico e que serve de motivação para o presente estudo.

Essa pesquisa se insere na discussão de política econômica brasileira e, tendo em vista a formação recente do Estado Brasileiro, falar em política econômica no Brasil é assunto de menos de 200 anos. Além disso, por mais que no período pré-Vargas de fato houvesse política econômica, a assunção de Vargas ao poder trouxe a modernização do estado brasileiro, com uma burocracia estatal nunca antes vista, bem como uma série de inovações organizacionais na administração pública. Além disso, Vargas, em 1930 vai trazer uma ideia incipiente de nação e uma consciência de progresso para a administração pública. Nesse momento histórico, acontece o que é chamado de desenvolvimentismo original. O trabalho de Curado,

2017 vai analisar o conceito de desenvolvimentismo nesse momento histórico: “O desenvolvimentismo original influenciou de forma decisiva a evolução das políticas econômicas dos governos brasileiros, especialmente no período contido entre 1930 e 1964, de acordo com Bielschowsky (1988). Ainda que presente, a influência do ideário desenvolvimentista e sua relevância na definição dos rumos a política econômica oscilaram consideravelmente ao longo do tempo.” Vê-se aqui a discussão sobre desenvolvimentismo intrinsecamente relacionada ao fortalecimento do estado Brasileiro em um período de composição; de modo que, ao tratar desse objeto estamos lidando com uma corrente de pensamento criadora na área de política econômica Brasileira. Muito além de apenas um tema dentre outros, esse é um tema com caráter formador em toda a área de política econômica Brasileira.

Ainda sobre a fundamentação deste trabalho, vê-se que a influência desse tema não está limitada a gestão Vargas e a um período de formação. Como o mesmo autor cita em outro momento, é um tema que recentemente aparece na discussão de política econômica Brasileira. O autor defende no início de seu trabalho que a chegada de Lula à presidência foi um momento de reversão na política nacional, que abriu espaço para discussões sobre o modelo de desenvolvimentismo da economia Brasileira. De modo que por mais que seja um tema formador, não é um tema ultrapassado. O próprio artigo de Marcelo Curado se insere numa discussão atual sobre a caracterização do governo Dilma como desenvolvimentista ou não. A conclusão do autor é que a correspondência do governo Dilma com a agenda desenvolvimentista é fraca demais para esse nível de afirmação. Segundo ele, “sustentar Dilma como desenvolvimentista é não entender a complexidade dessa agenda” Curado (2017). Não importa aqui adentrar nesse tema, mas ressaltar que, de fato, atualmente houve uma discussão no plano nacional sobre esse assunto. Tudo isso colabora para mostrar a importância de um trabalho sobre essa matéria. Além dessa discussão restrita do viés desenvolvimentista do governo Dilma, convém registrar que existe uma discussão ampla sobre desenvolvimentismo no debate acadêmico brasileiro atual, como podemos ver em uma série de trabalhos.¹ Esse debate é composto por trabalhos com diversos objetivos, sendo basicamente dividido em três campos de pesquisa: medidas

políticas, conceito de desenvolvimentismo e análises históricas sobre experiências de Estados desenvolvimentistas.

Além disso, convém esclarecer que o conceito de desenvolvimentismo deve ser encarado de maneira conjunta e não com suas partes em separado. A análise se fundamentará no conceito de desenvolvimento definido em seção posterior e esse conceito será utilizado de maneira integral, não pode-se incorrer no erro de particionar um conceito e então concluir algo, pois apenas uma parte não representará o que o todo integral do conceito representa. Um exemplo disso se vê ao olhar para o elemento da industrialização que compõe o conceito de desenvolvimentismo. Podemos errar ao afirmar que determinado plano de governo é desenvolvimentista porque apresenta uma visão de industrialização. Não necessariamente uma política forte de industrialização é indicação de desenvolvimentismo, entretanto, todo desenvolvimentista será industrializante, de modo que, concluir que tal programa é desenvolvimentista porque fala em industrialização será errôneo. Portanto, a análise do conceito integral e sua influência no trabalho será a dinâmica usada. Pode ser que o programa de governo apresente uma aderência baixa à política desenvolvimentista, mesmo que fale em indústria do início ao fim, pois o que foi analisado foi o conceito integral e não partes elementares do conceito. Portanto, podemos ter planos de governo com grau de aderência baixa, média, alta ou altíssima, entretanto, não teremos planos de governo que falam apenas em “parte” do que é desenvolvimentismo.

A estrutura do trabalho começará com essa introdução onde se apresentou o objeto, método e justificativa do estudo. Para afinar o olhar sobre as eleições, se olhará as últimas eleições presidenciais e os governos do período, também com o intuito de oferecer uma análise eficaz é necessário conectá-la ao contexto econômico e político, não vendo o objeto num vácuo político-econômico; isso se dará no capítulo 2. Em seguida haverá o desenvolvimento do conceito que servirá de base para a análise da influência do desenvolvimentismo, entretanto não será a plataforma única da análise, os conceitos apresentados pelos autores analisados servirão também para observar-se essa influência. A seguir, serão analisados os conteúdos dos planos de governo para verificar seu grau de aderência ao conceito

apresentado de desenvolvimentismo. Por fim, teremos um capítulo de conclusão para sumariar os resultados do trabalho e verificar se houve de fato, aderência dos planos de governo à teoria desenvolvimentista.

2 PANORAMA DOS GOVERNOS PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2014

A eleição presidencial de 2014 não está colocada em um vácuo político e econômico, onde a desconexão entre os planos de governo analisados e o quadro das últimas eleições propicie uma pesquisa eficiente. Pelo contrário: o desenvolvimento da economia e do jogo político nos anos anteriores preparam o terreno onde as eleições de 2014 acontecem, posicionando o ambiente propício para aqueles candidatos disputarem o jogo e direcionando o discurso dos mesmos. Portanto, visitar a trajetória política e econômica enriquecerá a compreensão da influência do conceito de desenvolvimentismo nos planos de governo dos candidatos de 2014. De modo que, o objetivo nesse capítulo é subsidiar o olhar sobre os planos de governo com uma visão panorâmica do Brasil nos anos recentes, tomando como início a gestão FHC e findando no governo Dilma pré-eleições de 2014. Subsídio esse que permitirá, por exemplo, perceber aspectos cruciais das últimas eleições se repetindo na configuração partidária atual, bem como algumas novidades do debate atual que são fruto da trajetória econômica ímpar do Brasil na última década.

2.1 LEGADO DA GESTÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) – 1994 a 2002

Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições presidenciais de 1994 no primeiro turno com 54,24 % dos votos, enquanto o segundo colocado nas eleições ficou com apenas 27%. Ou seja, FHC teve praticamente o dobro de votos que o então candidato Lula. Foi uma vitória expressiva e marcante para o período de transição do regime militar para o sistema democrático, demonstrando uma unificação nacional grande. Também surpreende que alguns meses antes das eleições as pesquisas demonstrassem uma vantagem eleitoral de 23% para Lula e que em pouco tempo, uma campanha condenada como a de FHC se transformasse em uma vitória expressiva no primeiro turno, visto em Abril (1995). Leoni (1997) expõe que o próprio FHC credita essa explosão de votos ao sucesso do Plano Real nos meses anteriores às eleições, quando o plano mostrou ser um sucesso, sua campanha também se tornou um sucesso.

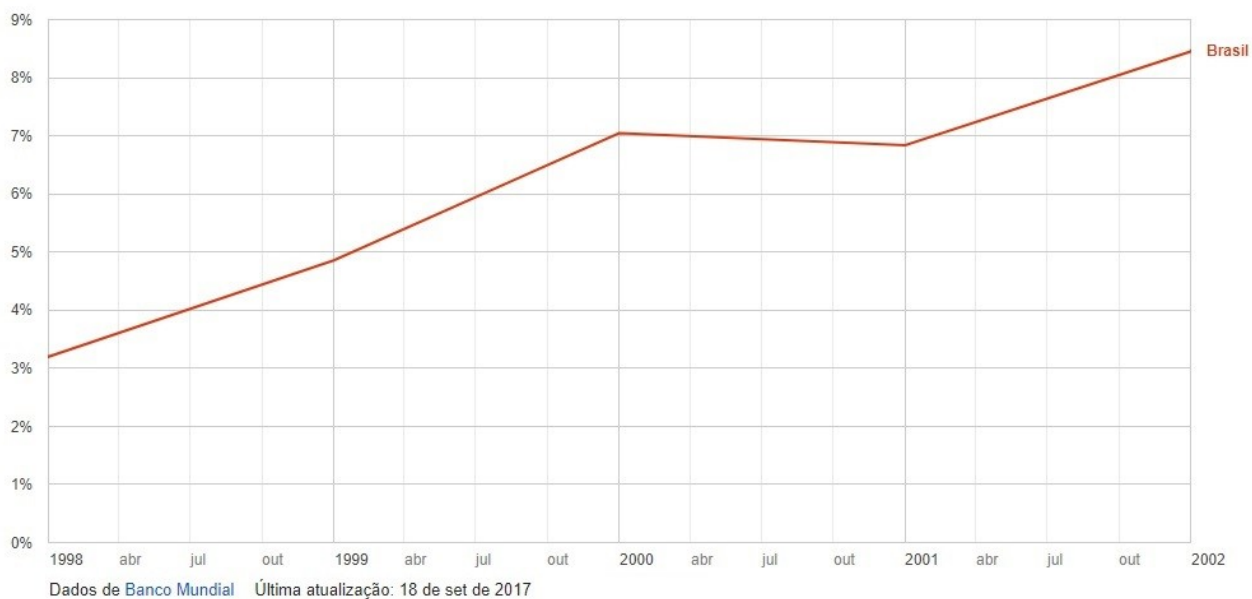
A principal marca do Governo FHC foi a consolidação do Plano Real que havia iniciado no governo anterior de Itamar Franco, onde Fernando Henrique era Ministro da fazenda e um dos responsáveis pela execução dele. O Plano Real se tornou mais que uma marca no campo econômico e avançou para o campo político, onde foi o alicerce da campanha de 1994. FHC saía do governo como um ministro da fazenda que havia realizado um feito histórico no país: trazer estabilidade aos preços, com um plano bem sucedido depois de vários planos falhos, e conseqüentemente uma solidez revolucionária a economia nacional. Apesar de seu partido ser social-democrata, seu governo implementou uma série de privatizações em escala nacional, e assim como a solidez dos preços foi revolucionária, pode-se dizer que sua política de privatizações também o foi. Merece destaque também a criação de programas de transferência de renda, como por exemplo o bolsa escola, onde a família dos alunos matriculados na rede pública que estivessem numa situação de vulnerabilidade financeira receberiam um auxílio financeiro mensal do Estado. Por mais que não tenha sido um aspecto marcante de seu governo a criação dessa espécie de política é um fator importante para analisar os próximos governos.

Nas eleições presidenciais de 1998 FHC consegue repetir o feito e vence no primeiro turno novamente. Agora sua coligação reúne os três maiores partidos do país na época: PSDB, PMDB e PFL. O candidato soma 53,06% dos votos e novamente Lula fica em segundo lugar, agora com 31,71% dos votos (um crescimento de 4% nos votos válidos em relação a eleição de 1994). Um fator novo, em relação a 1994 é a presença de um terceiro candidato com expressividade nos votos: Ciro Gomes, que antes estava no PSDB, agora no PPS consegue uma votação de 10,97%.

Existe uma continuidade óbvia entre as duas gestões, entretanto, de 1998 a 2002 os problemas sociais se agravam, e a já existente desigualdade de renda é acentuada com notável velocidade. Muitos economistas e até mesmo ex-gestores do Governo FHC vão dizer que o político 'vendeu o país' para se reeleger. Frase essa que remete às privatizações de grandes empresas nacionais a preços considerados, no mínimo duvidosos, Biondi (2009). Corroborando essa tese na Folha de São Paulo

de Maio de 1977 a capa era um deputado do PFL contando que havia recebido R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição, e afirmando que sabia de outros quatro que haviam recebido.

Figura 1 – Inflação de 1998 a 2002



No Brasil dos anos 90 a Inflação ainda era um grande problema, em apenas um ano, de 1992 a 1993, a inflação aumentou 1.358 %. Esse número aclara bem a instabilidade econômica que era viver no Brasil, por isso, como dito anteriormente, o plano Real extrapolou o campo da economia e se tornou plataforma política também, afinal foi uma grande mudança nacional. Tendo isso em vista, podemos analisar o gráfico com eficácia, e entende-se porque um aumento de apenas 4% (aprox.) em quatro anos é definitivamente uma vitória¹. Além disso, FHC assumiu o Governo com uma inflação em 916,43% ao ano e entregou a 12,53% a.a.. Claramente um sucesso nessa área.

1 (<http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>)

Figura 2 – PIB 1994 a 2002

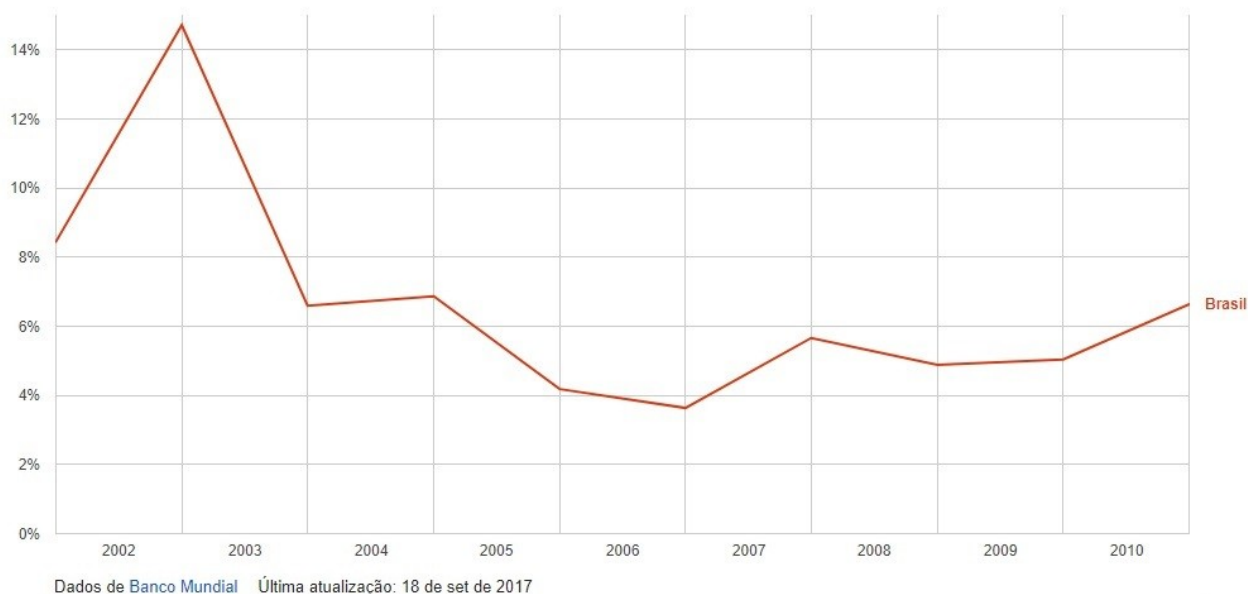
De fato a gestão de Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002 não logrou o mesmo êxito da estabilidade econômica no campo do crescimento econômico. Na figura acima temos os números absolutos da evolução do PIB, onde fica nítido que o crescimento em todo o período dos dois governos é muito pequeno. De fato, um dos grandes problemas do governo FHC e largamente explorado pela oposição é uma certa incapacidade do Plano Real de estabelecer um plano de crescimento econômico efetivo. Deve-se considerar aqui as crises econômicas mundiais enfrentadas nesse período, a crise econômica em 1997 causada pelos tigres asiáticos e em 1999 pela Rússia, que de fato atrapalharam consideravelmente o estabelecimento de um plano nacional de desenvolvimento, entretanto diminuir tudo a crises externas é uma simploriedade nociva. VALE (Era FHC as três amarras do juros, pg 94) argumenta que a saída da armadilha inflacionária nos colocou numa armadilha de juros, onde o crescimento econômico ficou amarrado às altas taxas de juros. Para ele a remuneração da caderneta de poupança, que atua como piso para a taxa básica de juros da economia; o sistema de financiamento da dívida pública em LFT's que elimina praticamente o risco para o credor; e o arranjo macroeconômico com mandato único para o banco central, abertura comercial e financeira, e câmbio flutuante com ajuste fiscal via superavit primário, eram a base desse sistema de 'amarra prejudicial' à taxa de juros.

Em 1999 uma crise cambial se estabeleceu e estourou o nível da dívida pública para níveis estratosféricos, e também houve uma onda de desemprego. Entretanto, mesmo tendo em vista a vitória sobre a instabilidade e as crises enfrentadas, é inegável ausência de crescimento no período da gestão FHC.

2.2 GOVERNO LULA – 2002 a 2010

As eleições de 2002 foram disputadas em dois turnos, desde 1989 isso não acontecia no país. A vitória de Lula, numa aliança entre PT e forças conservadoras do Brasil, materializada na figura do vice José Alencar do PL, se deu no segundo turno, com 61,27 % dos votos. Foi a maior votação de um presidente na história do Brasil, onde o segundo colocado, José Serra, mesmo representando o PSDB que governava o país a 8 anos e que havia vencido a inflação, conseguiu vencer Lula apenas no estado de Alagoas. De fato, foi uma vitória opulenta de Lula, um candidato que havia perdido 3 eleições presidenciais consecutivas. Apesar da larga vitória do PT, foi uma eleição com grandes mudanças no cenário político. Historicamente oposição e crítico ao sistema econômico do governo Brasileiro, o PT se aliou a muitos dos antigos 'inimigos' do partido. Um militante petista dos anos 90 jamais imaginaria que anos depois veria seu partido dividindo o palanque com José Sarney e toda a máquina eleitoral da família Sarney no Maranhão, ou então que teria um candidato a vice-presidente como José Alencar, que era ligado ao empresariado têxtil nacional e de um partido liberal. A carta aberta ao povo brasileiro que Lula publicou meses antes das eleições é o auge desse processo de mutação do partido. Nessa carta Lula se compromete a dar continuidade à base da política econômica que vinha sendo desempenhada por FHC. Para setores radicais do partido essa carta foi a traição declarada aos ideais pregados pelo partido em toda sua história. Algumas dissidências nasceram desse processo de mutação e geraram outros partidos como o PSOL e a REDE Sustentabilidade.

Antes mesmo de ser eleito Lula já indicou uma das marcas que seu governo viria a ter, e que de fato teve: continuidade do plano econômico de estabilidade que foi implementado na gestão do PSDB. O tripé econômico: metas de inflação, ajuste fiscal e câmbio flutuante com intervenção, foi mantido. O objetivo central da política macroeconômica era manter a inflação dentro da meta estabelecida pelo COPOM.

FIGURA 3 – Taxa de inflação (IPCA) de 2002 a 2010

Essa continuidade rendeu muito protesto dentro do PT, o que acabou finalizando o processo de insatisfação e culminou na saída de diversas lideranças que formaram outros partidos, como anteriormente citado. Entretanto, à revelia dos protestos internos, o Governo Lula, contando os dois mandatos, pegou o Brasil com uma inflação de 14,72% a.a. e entregou a 6,64 % a.a., demonstrando o sucesso de sua gestão no campo da estabilidade econômica. O gráfico abaixo mostra a trajetória da inflação durante a gestão de Lula, começando em 2002 e indo até final de 2010.

Notando que o aumento da inflação no ano de 2002, que aparece no início do gráfico reflete a insegurança no mercado financeiro em relação à possibilidade de vitória de Lula, portanto, a queda brusca no primeiro ano de governo se deve à continuidade de política econômica anteriormente citada. Assim como a prontidão para a continuidade na política macroeconômica, o governo Lula também foi marcado pelas políticas sociais, Curado (2011) diz que: “Sobre o programa Bolsa Família, vale a pena ressaltar que o programa beneficiou 12,7 milhões de famílias em 2010 e injetou na economia (dada a baixa propensão a poupar destes beneficiados) em torno de R\$13 bilhões.”

Na segunda eleição que Lula vence, em 2006, tem-se um ambiente minado pelo escândalo de corrupção no governo, o chamado “mensalão”. O impacto alterou

o rumo tanto do governo que lutava pela reeleição como da oposição. Vemos isso na ausência de Lula nos debates da televisão e no nome da coligação mais forte da oposição. O PSDB e outros partidos menores se auto declaravam: “Coligação por um Brasil Decente”. Entretanto, a despeito das denúncias do “mensalão” ser tão presente nas eleições de 2006, o resultado foi semelhante à primeira vitória de Lula: O candidato do PT venceu com 60,83% dos votos no segundo turno, seguido pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com 39,17% dos votos. Um fenômeno histórico nessa eleição foi que o candidato do PSDB conseguiu menos votos no segundo turno do que no primeiro. Entre outras explicações, fala-se que as semanas de campanha entre primeiro e segundo turno, serviram para enfraquecer o nome de Geraldo como candidato, enquanto a imagem de Lula estava presente na mídia por já ser o atual presidente. Tanto é que a campanha de Lula apregoava em seu slogan maior: “deixa o homem trabalhar” e descolava a imagem do presidente dos escândalos de corrupção o posicionando como um trabalhador sendo interrompido em seu trabalho. O efeito “mensalão” se diluiu nas semanas a mais de campanha e assim Geraldo Alckmin da Coligação que falava em decência, perdeu a força de seu discurso.

Apesar de ter uma estabilidade econômica, o Governo Lula conseguiu avançar além da solidez e apresentar dados positivos no crescimento econômico. Curado, (2011) afirma enfaticamente:

“Durante a gestão do presidente Lula a economia brasileira foi marcada por um processo de crescimento do produto com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria. As bases fundamentais de um processo de desenvolvimento encontraram-se presentes.”

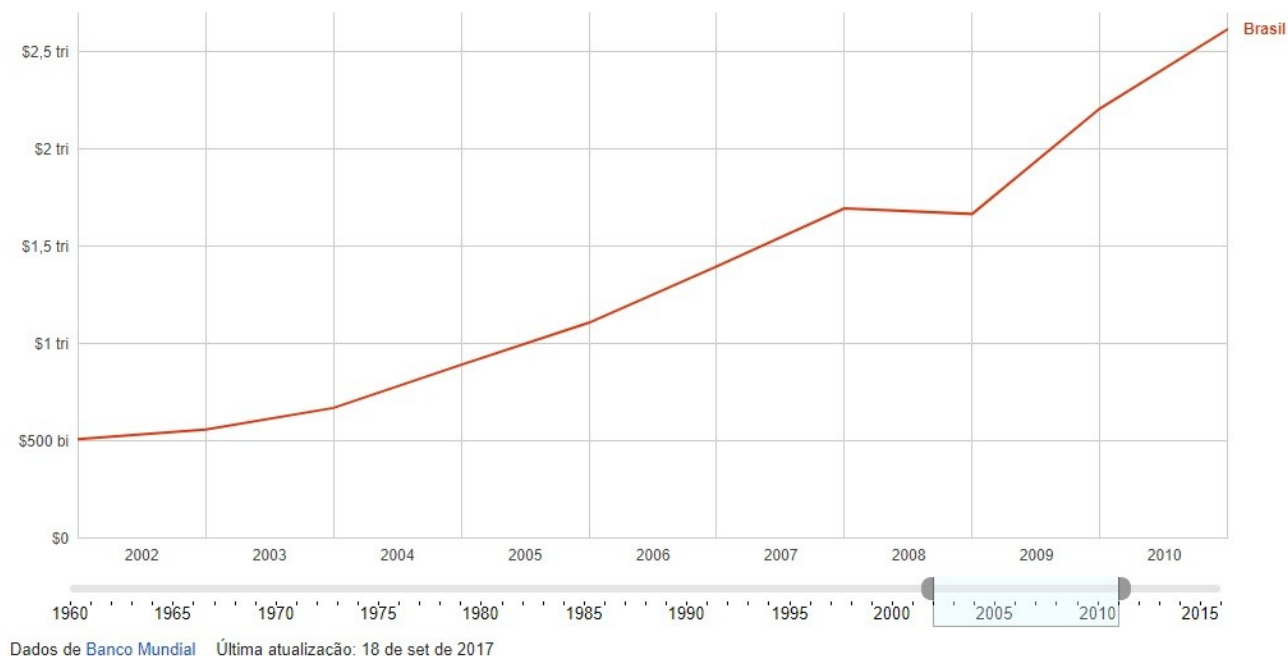
Em outro momento do trabalho, correlacionando crescimento e as políticas implementadas, o mesmo autor também coloca que:

“É claro que o governo do presidente Lula contou com um cenário internacional favorável até 2008, mas não podemos creditar os avanços do período exclusivamente a este cenário.

É bom lembrar que o cenário internacional modificou-se drasticamente a partir de setembro de 2008 e, após o forte impacto da crise, a economia retomou sua trajetória de crescimento. É bom lembrar que a retomada do crescimento foi facilitada pela ampliação do mercado consumidor fruto da melhoria na distribuição da renda, a qual guarda forte correlação com as políticas públicas implementadas no período.”

Foram 8 anos de crescimento econômico forte e constante. Contando os dois governos foi um crescimento médio de 4%, tendo sua melhor média no segundo mandato. Em 2010, seu último ano, após um ano de retração de 0,6%, o Brasil atingiu um crescimento do PIB de 7,5%. Essa retração se deu no ano de 2009 quando o país havia sentido o baque da crise financeira mundial de 2008, quando alguns bancos americanos faliram e outros necessitaram de resgate financeiro do governo. Entretanto, a recuperação da taxa de crescimento foi imediata, já no ano seguinte. Conectado a isso o desemprego em 2010 alcançou o menor nível na população economicamente ativa (PEA) desde 2002. O Bird (Banco internacional de) declarou que o país conseguiu reduzir drasticamente a pobreza e a desigualdade de renda, considerando o período de 1990 a 2010. Só entre 2003 e 2006 foi uma queda de 10% na taxa de pobreza no Brasil. Um resultado histórico.²

²http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_n_p.shtml

FIGURA 4 – PIB Brasileiro de 2002 a 2010.

2.3 GOVERNO DILMA – 2010 a 2014

As eleições de 2010 trouxeram muitas novidades ao jogo político. Depois de duas vitórias consecutivas, e dois governos bem sucedidos, onde o governo Lula tinha uma taxa de aprovação de 80% ao final do seu segundo mandato. Agora era a vez do PT lançar seu sucessor, e não queria se ter o mesmo resultado que o PSDB em 2002. Num movimento surpreendente o PT lança a candidatura de uma nova atora no jogo político: Dilma Rousseff. Apesar de seu passado relacionado às guerrilhas comunistas do período da ditadura, e de participar ativamente na formação de dois partidos tradicionais no país (PDT e PT) sua carreira na política foi como uma burocrata. Antes de ser alçada à posição de candidata ao cargo mais importante do país, Dilma era ministra da casa civil do Governo Lula, antes havia chefiado o ministério de Minas e Energia; entretanto nunca havia concorrido numa eleição. E não pode se deixar de citar que ela era a primeira mulher da história numa eleição a presidente do Brasil com reais chances de ganhar.

Além dela, outra mulher entrava também em cena: Marina Silva. De 2003 a 2009 ela havia sido ministra do Meio Ambiente no Governo Lula, e havia saído para se unir ao PV, já com vista a lançar sua candidatura. A oposição a Dilma foi feita por um antigo personagem: representando o PSDB, José Serra reaparecia, agora como o líder da oposição. Foi uma eleição decidida no segundo turno, onde Dilma ficou com 56,05 % dos votos e José Serra com 43,95%. Foi uma diferença menor que na vitória de Lula, entretanto um resultado considerável para alguém que nunca havia concorrido a eleição alguma, e que estreava numa eleição presidencial. Merece destaque também o resultado alcançado por Marina Silva, que fez 19,33% dos votos no primeiro turno. Um resultado considerável tendo em vista ser sua estreia numa eleição que envolvia projeção nacional, e mais: num partido que nunca havia tido protagonismo na política Brasileira. Apesar de ser a terceira vitória consecutiva do PT e dos bons resultados na economia, foi uma eleição diferente das vencidas anteriormente por Lula, entre essas diferenças um fenômeno chamou a atenção: uma divisão no mapa brasileiro entre norte x sul quando se olha para as vitórias de PSDB e PT nos Estados, considerando os votos para presidente.

Como alvoroçado durante toda a campanha, a gestão de Dilma deu continuidade a boa parte do governo Lula. Manteve-se o ministro da fazenda, entretanto, o presidente do Banco central foi mudado. Depois de 8 anos, Henrique Meirelles deixou a presidência para dar lugar a Alexandre Tombini. Entretanto, a promessa de um sistema financeiro sólido e seguro como base para o crescimento econômico se manteve no Banco Central. Apesar da promessa de continuidade, os resultados da economia foram bem diferentes do governo Lula.

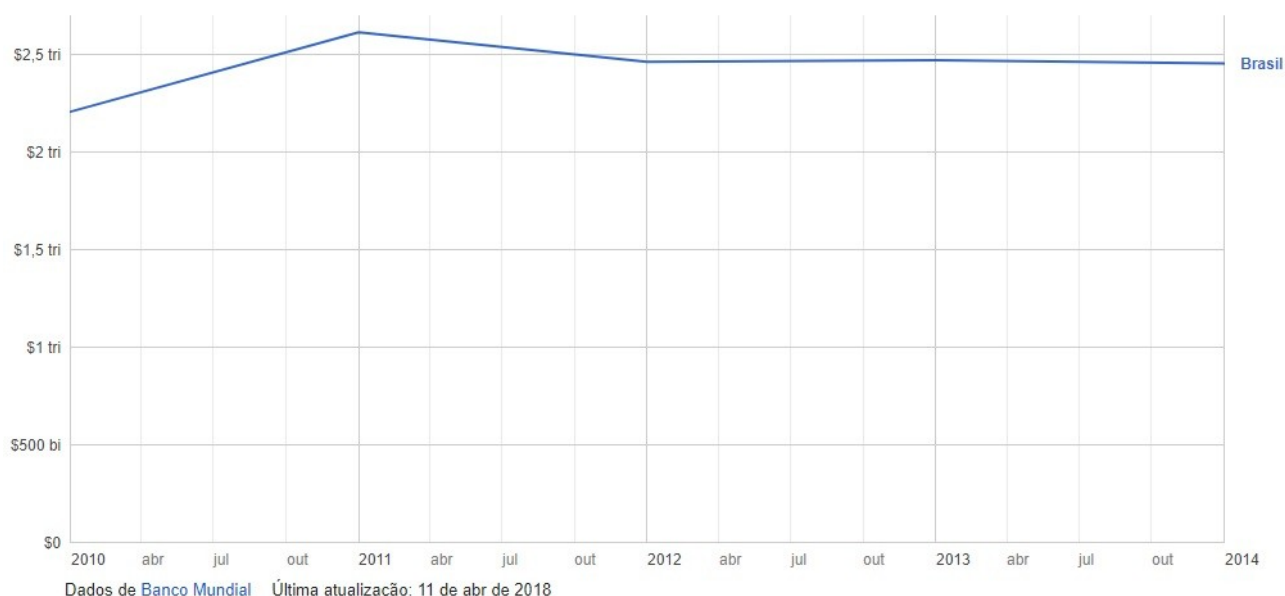
Nesse mandato de Dilma, o Brasil foi o país do mundo que mais caiu no ranking mundial de competitividade, alguns especialistas foram além e chamaram a atenção para um processo de desindustrialização, CURADO. Foi um governo que recorreu a concessões em setores de serviços públicos também. O exemplo mais forte são as concessões dos serviços dos aeroportos de Brasília, Viracopos e Guarulhos, onde juntos renderam mais de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos. Fora os investimentos na ordem de R\$ 2,5 bi que ficaram a cargo das empresas. Ainda na esteira da continuidade, o Governo Dilma lançou o PAC 2 (Programa de Aceleração

do Crescimento 2) que era um grande programa de investimento estatal para gerar aumento do PIB. O tamanho do programa é expressivo: R\$ 1,59 trilhão. Esse valor seria distribuído em uma série de segmentos como transportes, habitação e até cultura. Apesar de representar uma continuidade ao governo Lula em seu lançamento, os resultados apresentaram apenas divergências.

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), afirmou que o modelo usado no PAC 1 e PAC 2 estava exaurido já, e que até haviam trazido algumas inovações quanto ao controle e na análise de riscos, mas ainda não haviam conseguido atender de forma significativa os resultados esperados.

Essa expectativa de continuidade que frustrou nos resultados acabou aparecendo no crescimento do PIB também. Como visto anteriormente o governo Lula foi marcado por crescimento econômico alto, tanto que no ano de 2010 chegou a marca histórica de 7,5%. Entretanto, a gestão de Dilma conseguiu sustentar um crescimento do PIB de 2,2% em média no seu primeiro mandato. Esse resultado foi o pior desde o Governo Collor.

FIGURA 6 – PIB GOVERNO DILMA



3 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO

O conceito de desenvolvimentismo como ideia, nasce dentro da corrente Heterodoxa nas ciências econômicas. O *mainstream*, ou economia Ortodoxa, possui uma visão acerca de desenvolvimento também, seria equivocado falar que o desenvolvimento é esquecido em detrimento de outras variáveis. O que muda radicalmente é a maneira de se alcançar esse desenvolvimento, ou seja, a forma que uma sociedade desenvolvida possui. Para a economia Ortodoxa o desenvolvimento será um resultado das forças de mercado, onde o estado deve agir apenas para que essas forças possam atuar livremente e trazerem por si só o desenvolvimento econômico. Por meio das preferências individuais, as forças de demanda e oferta nos vários mercados eficientemente trarão o desenvolvimento da melhor forma possível. Para eles o estado não pode atuar pois será ineficiente para estimular o desenvolvimento de forma sustentável. Os frutos da atividade estatal serão inflação, comportamentos ineficientes dos agentes privados e distorções de mercado, além de outros problemas. Já na concepção heterodoxa o estado é tido como fundamental ao desenvolvimento, ou seja, sem um papel ativo do Estado é impossível ter desenvolvimento econômico. O estado pode intervir por meio de política monetária ou fiscal, para induzir o aumento dos investimentos e a dissipação de eventuais crises econômicas. Existe a total certeza do papel do estado como imprescindível para o desenvolvimento, e isso é o fato basilar da unificação entre as diferentes vertentes de desenvolvimentismos. Pode-se discutir o modo de intervenção do estado, mas nunca o seu papel de alicerçador. Mollo, (2016) coloca:

“Para o *mainstream* em economia, ou os chamados ortodoxos (MOLLO, 1999, 2004), o desenvolvimento deve ser deixado ao mercado que, por meio de preferências individuais e tecnologias implementadas pela iniciativa privada, que estão por trás das demandas e ofertas nos vários mercados, é suficientemente eficiente para buscar a melhor forma.”

Fonseca, (2015) avançará nessa função do estado como vital ao desenvolvimento. O autor não apenas afirma a centralidade da busca por

crescimento da produção e produtividade, como também coloca que para a Ortodoxia o objetivo central do estado é a estabilização. Essa comparação destaca ainda mais a diferença substancial entre as visões.

Isto é, para os heterodoxos o papel do Estado está avançando para ditar os rumos do desenvolvimento nacional, enquanto para os Ortodoxos, ele deveria estar passivo em uma guarnição de estabilidade. Em seu trabalho sobre novo desenvolvimentismo, Curado, 2017, traz dados comparativos entre as duas escolas de pensamento:

Tabela 2 – Comparação agendas ortodoxia convencional x desenvolvimentismo

ORTODOXIA CONVENCIONAL (agenda de crescimento)	DESENVOLVIMENTISMO (agenda de crescimento)
Não tem papel para a nação	A nação é o agente responsável pela definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento.
As instituições fundamentais para o crescimento são a garantia dos direitos de propriedade e dos contratos	A instituição-chave para o crescimento é uma estratégia nacional de desenvolvimento
Reformas devem diminuir o tamanho do Estado e desregular os mercados	Reformas devem fortalecer o Estado, os mercados devem ser bem regulados.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Curado, 2017.

Note que na comparação apresentada por Curado a visão de estado apresentada nas duas agendas se assemelha com o apresentado por Fonseca e Mollo. A Ortodoxia aparece com uma visão de estado sem papel para a nação, inclusive, suas reformas andam na direção de diminuição e liberdade aos mercados. Conceitos compatíveis com o papel de “estabilizador” apresentado por Fonseca. O argumento de Mollo do Estado como central em toda vertente do pensamento desenvolvimentista, também aparece aqui em todos os tópicos comparativos.

Como apresentado na introdução do trabalho, o conceito de desenvolvimentismo será de fundamental importância no desenrolar deste trabalho. Para realizar a análise dos planos de governo é necessário primeiramente ter fechado o conceito de desenvolvimentismo que servirá como instrumento de medida

da influência de toda a corrente de pensamento. Portanto, é preciso primeiramente definir-se o que é desenvolvimentismo. Já iniciamos a gênese do conceito, mas agora vamos progredir na busca dessa definição. Se tomarão referências do debate atual sobre desenvolvimentismo enquanto concepção política de modo mais teórico, e de forma mais superficial citaremos autores que trataram do desenvolvimentismo como prática histórica de uma determinada forma de estado. Essa escolha se justifica pelo objeto de estudo do trabalho, e seu objetivo de chegar a um conceito base, e não um debate sobre os estados desenvolvimentistas. Portanto é mais eficiente estudar os autores que estavam focados nessa discussão mais teórica do conceito de desenvolvimentismo.

Apesar de possuir um viés mais de desenvolvimentismo visto como prática histórica, Gonçalves, (2011) apresenta um conceito fechado:

“O ND [Nacional Desenvolvimentismo, uma corrente, no entanto, aqui nos serve como conceito] procura a ruptura com o modelo Centro-Periferia na esfera comercial(novo padrão de comércio via menor dependência em relação as *commodities*), na esfera produtiva (substituição de importações e *upgrade* permanente da estrutura produtiva) e na esfera tecnológica (crescente capacidade de incorporação de tecnologias importadas e de inovação própria). De fato, no ND objetiva-se a industrialização com substituição de importações e o aperfeiçoamento da estrutura industrial (na direção de produtos de maior valor agregado e maior elasticidade-renda da demanda).”

Note que o autor aqui trata de uma vertente específica de desenvolvimentismo, o Nacional-Desenvolvimentismo. Além dessa particularidade ele vai apresentar o conceito com um teor político mais forte do que todos os outros autores estudados aqui. Gonçalves defende que a política desenvolvimentista aparece na história como rompimento de um modelo de Estado. Para ele avançamos de um estado paternalista, para um estado desenvolvimentista. Apesar

dessas duas particularidades, vertente específica e viés político, sua definição explícita de um conceito é útil para nosso trabalho. Além de que as suas especificidades contribuem para a amplitude da nossa pesquisa conceitual.

A despeito das aparições raras e ocasionais, na década de 1970, o termo desenvolvimentismo teve seu uso propagado. Logo após esse período, o termo se tornou objeto de pesquisa, Bielschowsky, (1988) nos dá um conceito preciso de desenvolvimentismo como Ideologia:

“Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente.”

É importante notar que o autor capta a ausência de unidade no pensamento sobre desenvolvimentismo e aponta uma tipologia de desenvolvimentismos: Desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo do setor público não nacionalista e desenvolvimentismo do setor público nacionalista. Ele também lembra dos socialistas, por buscarem a industrialização e a intervenção estatal. Interessante perceber a aparição aqui de uma estratégia de definir conceitos auxiliares como complementares do conceito central, um núcleo principal que quando acompanhando de nuances gera a aparição de um novo conceito.

Em uma ordem histórica, Fonseca, 2015 logo em seguida vai colocar Ben Ross Schneider, a partir da experiência prática do Brasil e México conceituando o desenvolvimentismo como: uma ideologia onde a industrialização é o objetivo maior, e para isso o Estado deve promovê-la. Schneider elenca quatro características do Estado desenvolvimentista: capitalismo político, uma vez que investimentos e lucros dependem de decisões estatais, discurso na defesa do desenvolvimento e da necessidade do Estado para promovê-lo, exclusão política de grande parte da população adulta, e burocracia fluida e débil institucionalmente. Outros autores vão trabalhar no conceito de desenvolvimentismo enquanto prática histórica olhando para Estados desenvolvimentistas e suas políticas, são eles: Gurrieri, (1980); Rodríguez, (2009); Johnson, (1982), (1999); Wade, (1990); Herrlein Jr., (2012); Evans, (1992), Chang, (1999), Amsden, (2001). Por fim, Fonseca, (2015) coloca a definição que Bresser-Pereira dá a desenvolvimentismo:

“...*estratégia* deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico por meio do impulso à indústria nacional. Como características desta política econômica são arroladas: *i*) o nacionalismo como ideologia, uma vez que a estratégia significa a afirmação do Estado nacional e de suas instituições; *ii*) aglutinação em sua defesa de segmentos sociais, como empresários, trabalhadores, classes médias e burocracia estatal, esta última recrutada por critérios meritocráticos; *iii*) industrialização orientada pelo Estado mediante a substituição de importações, que lançava mão de instrumentos como poupança forçada para realizar investimentos e de política industrial, muitas vezes com caráter protecionista; e *iv*) ambiguidade em relação aos deficit públicos e em conta-corrente, bem como complacência em relação à inflação.”

Além dessas contribuições conceituais, Gonçalves, (2011) adiciona uma determinação política ao conceito que convém citar: “Na perspectiva da Economia Política, o ND [Nacional Desenvolvimentismo] significa deslocar o poder econômico

e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais.”

Ele está citando a obra “Economia Brasileira: crítica a visão dualista” do sociólogo Francisco Oliveira. Tendo em vista o teor da obra, esse deslocamento está associado à mudanças estruturais que estavam se dando na economia desse período. Já havia falado antes da associação entre desenvolvimentismo e a fase de formação do Estado Brasileiro, assim também é possível dizer que o desenvolvimentismo se confunde muito na história Brasileira com esses processos sociais e econômicos que desaguaram na nossa industrialização. Portanto, ao conceituar-se desenvolvimentismo na esfera do pensamento, como ideologia, se esta também falando de um discurso, de uma prática de pensamento histórica, portanto convém aqui entender que o conceito de desenvolvimentismo não está jogado ao léu, mas arraigado em uma classe, e como fruto de processos sociológicos e econômicos de um determinado momento histórico. Corroborando com essa visão de historicidade do conceito, Bresser-Pereira, (2016) coloca que: “ A expressão desenvolvimentismo começou a ser utilizada no Brasil- e talvez no mundo- nos anos 1950 para designar, de um lado, uma forma de organização do capitalismo e, de outro, uma abordagem teórica.”

Adiante, no mesmo trabalho Bresser-Pereira vai ir além e conectar a formação do conceito de Estado-nação com uma mentalidade desenvolvimentista. Nesse texto chamado “Modelos de estado desenvolvimentista”, ele trabalha mais com a ideia de modelos históricos e práticos de desenvolvimentismo, é uma produção mais histórica que conceitual teórica.

O autor também afirma que a intervenção do Estado pode diminuir conforme o seu nível de desenvolvimento, no entanto, continua sendo desenvolvimentista, pois busca crescimento com estabilidade, diminuição das desigualdades e proteção do ambiente do mercado. Observe que não devemos confundir crescimento estável com um estado que busca estabilidade para o crescimento fluir naturalmente dos agentes. Ao contrário dos ortodoxos, o autor coloca aqui o estado com um papel ativo no desenvolvimento. O que se quer destacar é: o autor coloca na própria

essência do conceito de Estado, um coração desenvolvimentista, mesmo que esse não seja nosso conceito, é notável para nós ter esse olhar arrojado do autor. É muito interessante porque quando o autor está falando do Brasil, ele conecta a formação do Estado Brasileiro com o desenvolvimentismo, à semelhança de Curado, (2017), e diz que o desenvolvimentismo foi uma superação do patrimonialismo; aqui também, percebe-se, essa colocação do desenvolvimentismo como ideia na própria essência da noção de um estado moderno no Brasil.

Se aproximando de uma definição final, Mollo, (2016) coloca três pontos unificadores das correntes desenvolvimentistas: a certeza do papel do Estado como necessário ao desenvolvimento, o interesse de incentivar o investimento, e a existência de uma taxa de juros baixa. Segundo ela, como o desenvolvimentismo se desenvolve dentro da escola heterodoxa, todos eles veem a demanda como definidora da oferta. Portanto, suas diferenciações se dão apenas em relação a qual das demandas devem ser incentivadas pelo Estado para gerar desenvolvimento.

Em sua busca de um conceito de desenvolvimentismo, Curado, (2017) também apresenta uma visão do desenvolvimentismo enquanto ideologia como parte formadora do Estado Brasileiro e vê a chegada de Lula ao governo em 2003 como suficiente para suscitar o debate sobre desenvolvimentismo, mas não como definidor para uma volta do desenvolvimentismo à liderança da política econômica Brasileira. Ele coloca o núcleo do conceito de desenvolvimentismo como:

“Não se trata, portanto, de um plano isolado ou de políticas econômicas, pontuais. A ideia de “estratégia nacional de desenvolvimento” é mais ampla, supõe a construção de instituições e a coordenação de um conjunto de políticas econômicas que busquem, com apoio da sociedade, o objetivo comum de desenvolvimento.”

Curado, (2017)

Naturalmente cada autor estudado apresenta um conceito com nuances diferentes, entretanto pode-se perceber a repetição de elementos centrais, mesmo

comparando os que atuaram na enunciação conceitual de desenvolvimentismo, e os que trabalharam na exposição da experiência histórica de governos desenvolvimentistas. Pontuar-se-ão aqui, num exercício de síntese, esses elementos essenciais que apareceram nos diferentes trabalhos ou então que apesar de não serem unânimes em todos explicitamente, são fundamentais para estabelecer limites para o conceito:

a) Negação de que as forças de mercado, por si só, gerarão desenvolvimento econômico;

Esse ponto advém da natureza heterodoxa do desenvolvimentismo enquanto ideologia. Curado, 2017 coloca a análise desenvolvimentista original emergindo do questionamento da ortodoxia liberal clássica, do século XVIII e XIX, que defendia a intervenção do Estado apenas como forma de resolver as falhas de mercado. Nessa mesma direção Mollo, (2016) é taxativa ao colocar a certeza do papel do Estado como **necessário** ao desenvolvimento como o fator de unificação das diferentes visões desenvolvimentistas. Bresser-Pereira apesar de colocar o desenvolvimento como parte da essência do estado capitalista, em seu trabalho “Modelos do estado desenvolvimentista” Bresser-Pereira, (2016) ele vai diferenciar esse estado que por natureza busca desenvolvimento em dois tipos diferentes: liberal e desenvolvimentista. Em Gonçalves, (2011) não vemos esse elemento enunciado, no entanto, está implícito na argumentação do autor, desde a linha um do artigo. Na definição do conceito de nacional-desenvolvimentismo o autor fala em um projeto de desenvolvimento econômico assentado no tripé: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Olhando os dois primeiros pontos enunciados e a consciência do conceito como um projeto, percebemos no coração do seu conceito a noção de que as forças de mercado não trarão o desenvolvimento por si só.

b) O estado como planejador fundamental do desenvolvimento econômico da nação;

O estado é considerado como fundamental, e não apenas como ajuda, no processo de desenvolvimento econômico por Mollo, (2016). Ou seja, esse ponto advém do primeiro: as forças de mercado não são suficientes para gerar desenvolvimento, e a resposta é o estado. Bielschowsky coloca em seu conceito de desenvolvimentismo que o projeto de superação do subdesenvolvimento será por meio do planejamento e intervenção direta do Estado na atividade econômica. Para ele é necessário que o estado planeje definindo a expansão desejada, setores econômicos envolvidos e os instrumentos utilizados para essa expansão. Ele deve também ordenar a execução dessa expansão. Note que nesse tópico temos na verdade dois elementos enunciados: o estado como planejador, e a necessidade de um plano.

c) Consciência de alterar o *status quo*;

É o ponto mais implícito de todos os expostos como pontos comuns, no entanto, ele é o mais vital e originador ao conceito de desenvolvimentismo. Afinal, sem essa consciência porque não continuar tudo como está? A clara noção de mudança para um estágio superior, que demanda uma ideologia e ações para chegar lá está na 'alma' de todos os conceitos de desenvolvimentismo. Sem esse ponto não poderíamos falar em desenvolvimentismo. Fonseca, (2015) coloca esse ponto como uma variável que perspassa todos os conceitos de desenvolvimentismo estudados por ele. Em Gonçalves, (2011) é onde encontramos a definição onde essa busca de transformação mais irrompe:

“Na perspectiva da Economia Política, o ND [Novo Desenvolvimentismo] significa deslocar o poder econômico e político na direção da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras e recursos naturais (Oliveira,

1981). No plano estratégico o ND tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações e na redução da vulnerabilidade externa estrutural.”

d) A indústria aparece como central nessa estratégia/planejamento desenvolvido pelo estado.

Como já falado anteriormente, uma das justificativas para esse tema ser estudado é sua importância na discussão acerca da 'desindustrialização' brasileira, portanto, já vimos lá o entrelaçamento desses temas. Além disso, vimos também que a história da industrialização e do desenvolvimentismo (como prática histórica no Brasil e ideologia) se confundem. Isso acontece porque nos conceitos de desenvolvimentismos vistos nesse trabalho, a indústria sempre possui papel central no planejamento e instrumentos políticos adotados, não vemos autor algum falando de desenvolvimentismo sem indústria, por mais que seja possível falar de industrialização sem falar em desenvolvimentismo. Bresser-Pereira fala algo interessante para entendermos a relação inseparável entre esses dois pontos: “O estado desenvolvimentista está associado às coalizões de classes desenvolvimentistas que comandaram a formação do estado-nação e a revolução industrial, ou, em outras palavras, a revolução capitalista.” Bresser-Pereira, (2016)

O nascimento do estado desenvolvimentista foi fruto de classes com uma ideologia desenvolvimentista que operaram um processo de revolução industrial ainda nessa fase de nascimento dessa forma de estado. Portanto, já na fase de formação dos dois processos eles estavam interligados e além disso: o autor coloca que a revolução industrial foi operada por uma classe com mentalidade desenvolvimentista. De novo, é impossível falarmos em desenvolvimentismo sem falar em indústria.

Fonseca, (2015) também construiu um processo de síntese semelhante, que vale a pena ser indicado aqui. A partir da comparação entre as duas enunciações de elementos essenciais ao conceito vou operar uma nova síntese, para então fecharmos um conceito de desenvolvimentismo que servirá de base para o objetivo do trabalho.

“1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.

2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.

3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.”

Fonseca, (2015)

3.1 COMPOSIÇÃO DO CONCEITO

O processo de mapear elementos comuns que se apresentassem como fundamentais em diferentes conceitos de autores referência sobre desenvolvimentismo, foi baseado no trabalho de Fonseca, (2015). O procedimento foi na prática o mesmo, no entanto, os autores estudados foram em parte considerável diferentes. Logo, os resultados são semelhantes, mas com algumas diferenças pontuais. Nessa parte do trabalho, o objetivo é estabelecer uma síntese entre os pontos que cheguei e os que o autor chegou, para então, estabelecer-se

um conceito de desenvolvimentismo que será utilizado para clarificar a verificação da aceitação dos planos de governo ao pensamento desenvolvimentista.

Os elementos A e B a que cheguei podem ser sintetizados no ponto 1 do autor. O estado como necessário para o desenvolvimento, pressupõe a ineficácia das forças de mercado por si só como capazes de gerar de desenvolvimento econômico para uma nação. O ponto C está por trás de tudo que debatemos até agora acerca do conceito de desenvolvimentismo, seja um conceito de social-desenvolvimentismo ou então um desenvolvimentista pós-keynesiano, a consciência de alterar a situação atual e a procura de mudança está presente. Em comparação com os pontos elementares do autor em questão, é possível perceber em todos pontos dele a presença do fator C. Por fim, sobre industrialização, que é meu ponto D e o ponto 3 do autor é a semelhança mais nítida dentre todas. Como já vimos, a própria realidade histórica da relação entre desenvolvimentismo e industrialização coloca esse ponto como o mais claro dentre todos, de modo que tanto eu como o autor chegamos em conclusões quase iguais nesses dois pontos. Colocando em uma tabela o que foi discutido aqui.

Quadro 2 – Comparação de conceitos

DESENVOLVIMENTISMO	
FONSECA, 2015	Trabalho próprio
1. Projeto/estratégia deliberada de desenvolver a nação	A) Negação de que as forças de mercado, por si só, geram desenvolvimento econômico. B) O estado como planejador fundamental do desenvolvimento econômico da nação
2. Intervenção consciente do Estado para executar o projeto de desenvolvimento	C) Consciência de alterar o <i>status quo</i>
3. Industrialização como caminho para o crescimento econômico	D) A indústria aparece como central nessa estratégia/planejamento desenvolvido pelo estado

Fonte: Elaboração própria.

Claramente a comparação não pressupõe igualdade, mas semelhanças. Repito: não está igualando-se os resultados encontrados, se está apenas os

comparando, para em seguida sintetizar em um conceito apenas. A comparação entre o tópico C) e o ponto 2 é a que mais apresenta um descompasso, pois enquanto o autor fala de uma intervenção consciente do Estado, eu apenas estou falando de uma consciência de mudança, que não necessariamente precisa ser efetuada pelo estado. Nos outros pontos a semelhança é grande.

Como desfecho de seu trabalho Fonseca, (2015) apresenta o seguinte conceito de desenvolvimentismo:

“a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”

Fonseca, (2015)

Nitidamente o conceito é o resultado das quatro variáveis comuns que o autor chega. A soma delas é o seu conceito de desenvolvimentismo. Tendo em vista a semelhança do nosso trabalho, com o adendo de algumas referências diferentes, o nosso conceito pode ser considerado semelhante considerando adições pontuais.

Portanto, pode-se concluir que o desenvolvimentismo é uma concepção política formulada e/ou praticada que parte da negativa do mercado como gerador de desenvolvimento por si só. Nessa lacuna, ele vê o estado como o agente de transformação dos problemas econômicos e sociais que compõem o *status quo*, bem como o espaço político onde acontecerá o planejamento fundamental para o desenvolvimento econômico da nação, que virá através do crescimento da produção e produtividade da economia, prioritariamente através da indústria, o caminho principal do crescimento.

4 ANÁLISE DOS PROGRAMAS

Depois de concluída a nossa noção de desenvolvimentismo com os 4 pontos substanciais: negação das forças de mercado como suficientes para o crescimento, o Estado como planejador fundamental, a consciência de alteração do *status quo* e a centralidade da indústria na estratégia de desenvolvimento; e como o conceito que sintetiza essas quatro características, nesse capítulo analisar-se-á a equivalência dos planos de governo com o conceito encontrado. A investigação se dará a partir das afirmações dos programas, em sua própria estrutura de formulação, para então comparar com aquilo que definimos como sendo desenvolvimentismo. Ou seja, alguns conceitos apresentados pelos candidatos devem ser entendidos em seu contexto específico e não segundo aquilo que nossa pesquisa afirma. Estaremos lidando com diferentes bases políticas e econômicas, portanto convém destacar esse ponto.

Como apresentado anteriormente, os planos de governo tem como característica serem concisos e sem profundidade, e estamos procurando fazer conclusões relativamente assertivas, portanto, haverá um certo caráter indagativo na análise dos planos, procurando ir além do literal do plano, tentando compreender a lógica interna do exposto e também utilizando o contexto histórico da candidatura dentro do quadro político e econômico exposto no capítulo 2. Ou seja, o objeto será o plano, visto não apenas em sua literalidade, mas sim no conjunto do texto exposto e do contexto político e econômico exposto no trabalho.

4.1 LUCIANA GENRO

4.1.1 Apresentação do plano

A candidatura de Luciana Genro pelo PSOL levou 1.609.982 de votos, ou 1,55% dos votos. É formada em Direito e mestra em Filosofia pela USP, e iniciou sua trajetória política em 1994, aos 23 anos. Sua primeira vitória nas urnas foi no Rio Grande do Sul como Deputada Estadual, foi reeleita e em 2002 alçou voos mais altos sendo eleita Deputada Federal pelo PT. Em 2006, após todo o processo de ruptura anteriormente citado, foi reeleita para o mesmo cargo com um novo partido:

o PSOL. Apesar de ter participado de apenas 3 eleições de Presidente, o partido conseguiu figurar entre os quatro candidatos mais votados nas eleições de 2014. Foi a melhor votação do PSOL nas eleições presidenciais, chegando a praticamente dobrar seus votos em comparação com 2010. É possível dizer que ainda é um partido lutando por seu espaço na arena política, no entanto, é um partido em ascensão. Das quatro candidaturas analisadas, a de Luciana teve o menor tempo de trabalho eleitoral, devido a questões internas do partido que demorou a lança-la presidente. Dentre as quatro, também é a candidatura com menor tempo de televisão, o que num país continental como o nosso é um peso enorme. Outro fator digno de atenção é visto na comparação entre estimativa de gasto x votos alcançados na candidatura de Luciana, ela é extraordinariamente bem sucedida no número de votos alcançados, em relação ao seu orçamento. Luciana estimou gastar R\$ 900 mil em sua campanha, enquanto o candidato Eymael, do PSDC, estimou gastar R\$ 25 milhões. Entretanto, a candidatura de Luciana teve mais de 20 vezes os votos de Eymael nas eleições de 2014.

O nome do programa elaborado pela equipe do PSOL é: “Diretrizes Gerais para Programa de Governo nas Eleições de 2014”, contando com 9 páginas e em formato de texto único, que logo após uma curta apresentação se organiza em 3 eixos. São eles: Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento; Sistema Político e Democracia, Mais e Melhores Direitos. Tendo em vista nosso desígnio de analisar os planos em seu teor de política econômica é no eixo 1, Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento, que encontraremos nosso objetivo.

4.1.2 Análise do plano

Já no primeiro parágrafo o Programa se apresenta como uma crítica a um modelo político e econômico construído para preservar a dominação do sistema. Na apresentação, programa já se posiciona num Brasil soprado por “ventos de mudança”. Em seguida faz uma avaliação do governo Dilma criticando seu modelo de desenvolvimento e a política econômica em curso que beneficia o grande capital. Quando fala nesse modelo de desenvolvimento está falando em: desindustrialização, maior dependência tecnológica, maior dependência financeira e

etc... Além disso, vai denunciar uma série de privatizações e o repasse de recursos públicos para o sistema financeiro através do SUS. Dois pontos devem ser notados aqui. Primeiro é a consciência clara de falar em um modelo de governo ou desenvolvimento. A categoria de análise é posta desde o início, mostrando a percepção clara por parte da equipe de que essa é uma categoria presente na política econômica brasileira. Como vimos no capítulo anterior, essa visão de um modelo de desenvolvimento que será operado pela nação para alcançar o desenvolvimento é o principal fator unificador das diferentes correntes desenvolvimentistas segundo Mollo, (2016). O segundo ponto a ser notado é a crítica à desindustrialização, que como vimos foi um dos pilares de Gonçalves, (2011) quando falando sobre o governo Dilma como desenvolvimentista às avessas. Apesar do programa não estender sua crítica, a aparição desse ponto na definição do modelo de desenvolvimento praticado pelo PT é exatamente o que Gonçalves, (2011) fez.

Em seguida temos um trecho fundamental do programa: “Diante deste cenário, o PSOL buscará apresentar ao povo brasileiro um programa de esquerda que enfrente os problemas históricos do país, programa esse centrado em três eixos: superação da atual política econômica e do modelo de desenvolvimento, que depreda o meio-ambiente e nossas riquezas naturais; transformação profunda do sistema político, aumentando a participação popular, a transparência e o controle público sobre a política; e ampliação radical dos direitos e das liberdades dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos setores socialmente mais vulneráveis e oprimidos.”

Salta diante de nós a aspiração do programa por mudanças na estrutura econômica do país, ficando clara a força da consciência de mudar o *status quo*, que é um dos pontos comuns do conceito em que cheguei no meu trabalho. Por mais que ele só toque nesse ponto, vamos seguir com a análise em busca de outros pontos de contato.

Quando o programa começa a exposição propriamente do eixo de economia começa-se falando de um governo que intencionalmente buscará mudanças

estruturais na economia do país e em seguida faz uma crítica direta ao valor das taxas de juros operadas na economia. Interessante pois Mollo, (2016) coloca a crítica a taxa de juros como um axioma dos desenvolvimentistas. Entretanto, aqui a crítica se faz no sentido de aumentar ainda mais a desigualdade estrutural em nossa economia. Na sequência do programa lemos: “O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social! Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.” Enquanto para Mollo os desenvolvimentistas criticam a taxa de juros por seu caráter de desviar os recursos da produção, nesse programa o problema está no aumento do fosso entre ricos e pobres. Ainda sob o mote das mudanças estruturais, o programa tocará em dois assuntos essenciais ao desenvolvimentismo: BNDES, agência pública de fomento ao investimento, e o fortalecimento do Estado. O programa de governo promete fortalecer o Estado e seus instrumentos de planejamento estratégico. Na parte final em um trecho sobre reformar agrária, fica entreaberto uma das principais intenções desse programa, intenção essa que é chave para o presente estudo: “Por fim, **cabe destacar como elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento**, a necessidade de uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro.” (GRIFO MEU) Em seguida o texto finaliza a sessão dizendo: “...será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional.” Vemos aqui novamente a intencionalidade de mudança do status quo, agora alinhada ao papel do Estado como o grande responsável por essas mudanças, bem como pelo desenvolvimento econômico. Esse é um ponto central do desenvolvimentismo.

4.1.3 O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?

Antes de qualquer conclusão deve-se observar que o programa de governo em questão é muito superficial em termos de planejamento. Está mais posicionado como discurso, do que como um planejamento exposto para a população em geral. Isso se mostra na extensão da exposição sobre economia, são apenas 3 páginas

que falam de toda intenção na área econômica. No entanto, mesmo nesse pequeno espaço a influência desenvolvimentista aparece da primeira à última linha. Não na totalidade do conceito, entretanto o programa desenvolvimentista aparece no posicionamento de bandeiras que compõem o programa partidário. Como defendido anteriormente, esse aparecimento de princípios do conceito de desenvolvimentismo não qualifica o programa como o sendo.

Recapitulando, o programa de governo de Luciana Genro tocou muito na intencionalidade de mudança do *status quo*, ao afirmar constantemente em mudança estrutural, alteração do modelo atual de desenvolvimento e ao posicionar seu programa em um contexto onde o programa atual de desenvolvimento está em xeque. Como vimos, para Fonseca, (2015) a intencionalidade de mudança do *status quo* era um dos pontos que aparecia unanimemente em todos os autores e, portanto era um dos elementos de núcleo do conceito de desenvolvimentismo. Além disso, aparece no programa a crítica explícita ao valor alto da taxa de juros no Brasil, como exposto anteriormente essa crítica se dá por motivos diferente, entretanto, é uma crítica presente no texto.

Outro ponto de aderência forte é a consciência clara de existência de um modelo de desenvolvimento que deve ser criticado, bem como a partir dessa crítica deve ser formulado um novo modelo de desenvolvimento. Deve-se perceber que não é uma crítica que prevê uma negação dos modelos de desenvolvimento, mas sim uma elevação do conceito, um aperfeiçoamento que permita emergir um novo modelo de desenvolvimento que leve em conta as classes desfavorecidas economicamente.

Sobre indústria não existe uma referência a esse setor como motor do desenvolvimento econômico, ponto essencial e tão caro ao conceito de desenvolvimentismo, entretanto, na parte inicial se critica a desindustrialização como um dos males do atual modelo de desenvolvimento. Essa crítica dever ser levada em consideração, mesmo que seja notável a ausência da ênfase que o desenvolvimentismo dá à indústria como motor do crescimento e da eficiência na estrutura econômica.

No encerramento do programa de Luciana Genro são efetuados agradecimentos a colaboradores. Um dos colaboradores do plano de governo é o Professor Reinaldo Gonçalves, um dos autores tomados como base na síntese conceitual feita anteriormente. Sendo um sinal forte da influência da teoria desenvolvimentista na formação do plano de governo em questão.

Levando tudo isso em conta pode-se posicionar esse plano de governo, com todas as considerações feitas, como tendo um rosto parecido aquilo que Bielschowsky, (1988) falava dos socialistas que eram desenvolvimentistas, pois falavam em industrialização e distribuição; e também do que Mollo, (2015) chama de social-desenvolvimentistas, levando em consideração não sua visão de aumento da demanda, mas sua predisposição à distribuição de renda. Pode-se falar em uma aderência do plano de governo à agenda social-desenvolvimentista, fraca ainda, pois não toca forte na industrialização. Entretanto, a referência explícita à um modelo de desenvolvimento, a expressão nítida de uma alteração do status quo e a semelhança com o conceito de social-desenvolvimentismo colocam esse plano como tendo uma aderência média a agenda desenvolvimentista. Não estou falando que o plano de governo, ou a candidata são desenvolvimentistas. Estou afirmando que seu conteúdo tem homogenia com o posicionamento desenvolvimentista, ou seja, existe uma simetria alta entre o programa de governo de Luciana Genro e a agenda desenvolvimentista para um eventual governo.

4.2 MARINA SILVA

4.2.1 Apresentação do plano

Marina Silva ganhou sua primeira eleição em 1988 quando foi eleita vereadora no Acre pelo PT. Em 1995 fez história ao tornar-se a mais jovem senadora do país, com apenas 36 anos. Assim como Luciana Genro, Marina Silva se desligou do PT em busca de um rumo para sua carreira política diferente do rumo que o partido estava tomando. Antes disso foi ministra do meio ambiente do governo Lula por 5 anos, saindo do PT para ir para o PV. Marina concorreu à presidência duas vezes: nas eleições de 2010 e 2014. Em ambas ficou em terceiro lugar, entretanto na segunda eleição aumentou seus votos em mais de 3 milhões, sendo que em

alguns momentos as pesquisas a colocaram como a candidata que disputaria o segundo turno com Dilma. Na eleição em que o presente estudo foca Marina lidou com uma situação muito inusitada. Ela era candidata como vice-presidente de Eduardo Campos, pois seu partido a Rede Sustentabilidade não conseguiu assinaturas em tempo hábil para oficializar o partido, entretanto o candidato faleceu em um acidente com seu jato particular, o que ocasionou a alçada de Marina para a posição de candidata à presidência pelo PSB.

Seu programa político também se organiza em eixos, que são precedidos por uma parte que contém introdução, uma visão sobre qual é o contexto político e econômico onde o programa está se colocando, bem como uma explicação dos eixos programáticos. Ao contrário do programa de Luciana Genro, seu programa é mais extenso, com 53 páginas. Na parte 1, onde está a apresentação seu programa contém uma peculiaridade. Essa parte traz uma explicação da natureza da coligação e como eles se propõem a mais do que uma aliança de ocasião, mas sim uma aliança de projetos para o Brasil, isso se deve ao fato explicado anteriormente. Pode ser que extensão do programa se justifique por essa tentativa de apresentar uma candidatura com pouco tempo e num contexto de incerteza. A parte 2, que é o conteúdo propriamente dito, se divide em cinco eixos: Estado e a democracia de alta intensidade, Economia para o desenvolvimento sustentável; Educação, cultura e inovação; Políticas sociais e qualidade de vida, Novo Urbanismo e pacto pela vida. No fim, o texto é encerrado por uma conclusão. Como falando anteriormente, estudaremos apenas o eixo que trata de economia, portanto, o estudo abrangerá apenas o eixo 2: economia para o desenvolvimento sustentável.

4.2.2 Análise dos planos

O eixo 2 – Economia para o desenvolvimento sustentável, possui 10 tópicos, e mais alguns sub tópicos inseridos, abordando política industrial, arranjos produtivos locais, passa por desenvolvimento regional e chega a falar de meio ambiente inserido como uma base do planejamento econômico. Entretanto, apesar da amplitude de temáticas, a profundidade não segue a mesma intensidade. É um

programa que se destaca dos demais por sua amplitude de temas abordados, entretanto, sua profundidade não foge do padrão dos demais.

Na abertura do eixo da economia aparece a percepção clara de mudança do *status quo*, o texto vai falar em uma mudança que ofereça: transição para uma nova etapa almejada (baixo carbono), redução de desigualdades sociais e inovação tecnológica nos processos produtivos. O programa se posiciona em um fase da economia brasileira de perda de competitividade e dinamismo, de desaceleração da queda dos indicadores sociais; portanto se fazendo necessária a mudança.

A indústria é o primeiro setor abordado em todo o programa, numa crítica à apreciação cambial que prejudica esse setor. Como resposta se almeja então: “...ganhar produtividade por meio de uma vigorosa política industrial, compensando tanto quanto possível a desvantagem cambial.” Em seguida o programa apresenta algumas ações pontuais que serão tomadas. Percebe-se que o Estado possui papel ativo na visão de política industrial delineado por Marina. O programa falará em articular as agências de financiamento e incentivo à inovação e pesquisa, com o objetivo de criar uma cultura de inovação. Além disso, fala-se em reforçar programas que aumentam a autonomia tecnológica nacional e ainda conceber novos programas. No início desse eixo já existe a exposição de um política industrial, mas além disso: essa política é a resposta para a situação da indústria. Como visto anteriormente é um ponto crucial para a visão desenvolvimentista: o Estado com uma política industrial ativa, e que é a resposta para a situação atual. Dois pontos também devem ser destacados com vista o objetivo desse trabalho: primeiro, o programa apresenta a noção de que o Estado conduzirá o processo de inovação tecnológica sem fazê-lo sozinho, inclusive existem algumas referências ao setor privado como parceiro e alvo de políticas específicas. Isso de modo algum diminui a semelhança do programa com a visão política desenvolvimentista, como Bresser Pereira coloca, o Estado Desenvolvimentista não exclui a iniciativa privada, pelo contrário, a chama para ser uma parceira no seu planejamento de desenvolvimento.

A política desenvolvimentista vê o Estado como fundamental, mas de modo algum como o único canal de crescimento. Outros autores (Pires, (2010); Lopes, (2016); Mollo, (2015)) tratam de casos de Estado desenvolvimentistas que viam o

setor privado como parceiro importante para o desenvolvimento almejado. Um exemplo dessa visão foi JK, presidente indiscutivelmente desenvolvimentista e que construiu grandes parcerias com o setor privado, tendo suas parcerias se tornado um ícone na política nacional, bem como seu governo desenvolvimentista.

O programa tratará muito de tecnologia na produção. Falará em massificar as carreiras técnicas, a formação de engenheiros e profissionais ligados às necessidades da produção e prestação de serviços de alta complexidade tecnológica. Vê-se aqui o direcionamento claro em aumentar a produção e a produtividade na economia. Fonseca, 2015 coloca essa busca como um ponto central na política desenvolvimentista. O forte teor estatal da política aparece também na apresentação da política de APL's (arranjos produtivos locais) que seria planejada, operada e direcionada pelo Estado para incentivar o desenvolvimento de regiões por todo o Brasil. O Estado é visto aqui como o ente capaz de conectar os diferentes produtores e serviços, bem como associações que quando juntos podem ajudar-se numa espiral de ganhos ainda inexplorados. Quando fala em infraestrutura, um gargalo na economia Brasileira, de novo aparece a visão de chamar o setor privado como parceiro na missão de alcançar o desenvolvimento. Fala-se em criar um marco regulatório estável que crie um ambiente favorável à ampliação de investimentos privados, à prestação de serviços de boa qualidade e custos eficientes. A relação entre os dois é o Estado firmando as bases, e o setor privado entrando com sua força dentro da base previamente estabelecida pelo Estado. Não se perde o Estado como fundamento, nem o setor privado como parte importante a ser considerada para o desenvolvimentismo.

O programa ao falar de meio ambiente e um planejamento sustentável para ele assumirá uma conotação estatal forte. Das 6 ações expostas, 5 são políticas totalmente planejadas e executadas pelo Estado sem a participação do setor privado em nenhuma das etapas. O plano fala que essa transição de visão para o meio ambiente precisa ser planejada e o governo precisa lançar mão de políticas públicas adequadas a esse objetivo. Fala-se em aprofundar os planos já existentes, desenvolvimento de pesquisas que direcionem o Estado para a incorporação de conceitos de sustentabilidade em todas as suas políticas, e também da produção de

um relatório ambiental que monitore e reoriente nosso desenvolvimento e nossas metas. A conotação estatal do programa é muito acentuada nesse trecho, é nítido que o Estado é vital a um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Por fim o programa deixa explícita sua visão de um Estado que produz mecanismos que geram um desenvolvimento sustentável.

4.2.3 O desenvolvimento nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?

O programa de Marina apresenta disposição para alteração da estrutura econômica desde o primeiro parágrafo. Por mais que não vá falar explicitamente da necessidade de um modelo ou programa de desenvolvimento que direcione as ações econômicas do País, é explícita a clareza e relativa profundidade das políticas expostas. Quem sabe de todos os programas é o que mais apresenta essa clareza. Vê-se que as ações econômicas apontam numa direção estabelecida previamente, e além disso a indústria é a primeira política exposta em seu programa. Tendo em vista o tom naturalmente discursivo de um programa de governo, esse fato ganha ainda mais peso. Seria acaso essa ser a primeira política delineada no programa?

Em mais de uma ação exposta aparece a mão do Estado como direcionadora do desenvolvimento econômico. Tendo esses trechos em vista qualifico o programa de Marina como repleto de aderências à visão desenvolvimentista de condução econômica. Como já falado anteriormente: não como um desenvolvimentista monopolizador pelo Estado, mas um modelo que chama o setor privado a participar daquilo que o Estado está planejando e executando em algumas áreas. Existe uma afinidade grande entre o discurso apresentado e o conceito de desenvolvimentismo exposto aqui.

4.3 AÉCIO NEVES

4.3.1. Apresentação do plano

Nas eleições de 2014 Aécio Neves teve 34.857.715 votos no primeiro turno, totalizando 33,53% das votações. Foi o segundo candidato mais votado e no

segundo turno teve mais de 48% dos votos, ficando a apenas 3 milhões de votos de Dilma Rousseff. Aécio é um economista mineiro, de Belo Horizonte, que iniciou sua vida política com 21 anos ao lado de seu avô Tancredo Neves. Sua formação é fortemente atrelada à fase de gestação de seu partido, o PSDB, tendo sido eleito quatro vezes para deputado federal por MG, duas vezes como governador do Estado, sendo que em uma delas obteve a maior votação da história em seu Estado. Em 2010 foi eleito senador e no ano de 2013 foi eleito presidente do PSDB. Desde seu primeiro mandato em 1987 teve uma carreira ascendente na política e nas eleições de 2014 tornou-se o ícone da oposição à Dilma Rousseff.

Seu plano de governo é o mais extenso entre todos os candidatos, chegando a mais de 70 linhas. São nove capítulos que abordam temas como cidadania, sustentabilidade, economia e segurança pública. Existe um capítulo chamado “Estado eficiente” que fala da necessidade de modernização dos serviços públicos para melhorar o bem estar dos cidadãos brasileiros. No capítulo de cidadania existe uma política para mulheres, e dentro do tema de segurança pública o programa foca no combate às drogas. O programa não se furta de falar em temas relativamente polêmicos e isso aparecerá no tema da economia. O programa fala em previdência e reforma tributária, ainda que de forma geral, a presença desses temas é notável. O capítulo 3 que trata de economia é o segundo maior capítulo e em 12 subcapítulos, tendo em vista nosso objeto de estudo vamos estudar o capítulo três completo.

4.3.2 Análise do Plano: Aécio Neves

Na apresentação do programa de governo três pontos são estabelecidos: são apenas diretrizes, ou seja, ainda haverão alterações e aperfeiçoamentos; o desenvolvimento econômico terá um corte regional; e por fim, que haverá prioridade ao apoio a micro e pequenas empresas. O capítulo de economia se assemelha muito à estrutura do plano de governo de Marina Silva, possuindo uma estrutura semelhante: amplitude e superficialidade. O plano de Aécio aborda 13 áreas, falando sobre desburocratização e uma reforma tributária que traga agilidade à economia, tudo feito em apenas 16 páginas.

As diretrizes de ciência tecnologia e inovação falam na criação de um sistema nacional, e uma das 16 diretrizes dessa seção ainda fala na necessidade de prioridades a nível nacional para a pesquisa no Brasil. Isso poderia indicar até mesmo uma visão do Estado como definidor e direcionador do processo de inovação, entretanto o que é exposto no geral é uma visão do Estado como suporte e ajudador da inovação e não como um agente ativo no processo de inovar. Sua missão é criar um ambiente favorável à inovação, como veremos adiante isso é reforçado pelas outras diretrizes expostas. Isso aparece em diretrizes que falam em criar parques tecnológicos de inovação, em apoiar as incubadoras de empresas com caráter de inovação e criação de um programa brasileiro de formação tecnológica para formar profissionais voltados a empresas de tecnologia e inovação.

Sobre comércio exterior o alvo principal é a integração no comércio internacional e a entrada nas cadeias mundiais de valor. Esse alvo é considerado essencial para alcançarmos uma indústria e um setor de serviços competitivos. As diretrizes falam em reduzir a carga tributária das exportações e no 'reforço' de instituições técnicas estaduais para haver diminuição de prazos e aperfeiçoamento da regulação técnica e certificação de produtos. Uma seção inteira é dedicada ao tema da desburocratização, onde o objetivo é simplificar a vida de todos os entes da sociedade (trabalhadores, empresas, donas de casa, organizações e etc..) e para tanto a ideia é uma série de reduções de exigências burocráticas por parte do Estado, redução de prazos, e a criação de uma cultura de confiança onde a falsidade será duramente penalizada e a transparência valorizada. Uma das sete diretrizes nessa seção falará da realização de um diálogo com o setor privado a fim de detalhar a agenda das empresas e governo com o alvo de simplificar os processos. Essa seção de simplificação é importante, pois ajuda a entender o teor na política de ciência e tecnologia, o Estado terá um papel sim na política, entretanto seu papel é estabelecer um ambiente favorável.

Em seguida é esboçada uma política de desenvolvimento regional. Nesse ponto poderia existir uma série de aderências com a visão política desenvolvimentista, entretanto as diretrizes carecem de determinações que possibilitem uma análise minimamente coerente. São medidas amplas demais e que

de modo algum podem servir de indicativo de uma semelhança com políticas desenvolvimentistas. Na seção de empreendedorismo é exposta a mesma visão que transpassa por todo o programa: simplificação da burocracia e apoio do Estado para gerar um clima favorável ao investimento. Fala-se em integração das agências de apoio, marcos regulatórios transparentes, estímulo ao acesso de financiamentos para “capitais empreendedores” e introdução de componentes curriculares de empreendedorismo nas diretrizes nacionais de educação básica e superior no Brasil.

Sobre emprego e renda são colocadas 23 diretrizes e de fato existe um aprofundamento maior nos alvos estabelecidos e na visão da situação atual. Percebe-se aqui uma visão de incentivos e reestruturação de instrumentos do Estado. Não se aponta uma área específica com alvo ou uma estratégia ampla que abrigaria as diferentes diretrizes, são expostas medidas de reforço e alguns incentivos que serão dados. Obviamente que deve ser notado o caráter de diretrizes ainda, entretanto, já fica claro que não se almeja criar uma estratégia direcionadora para a criação massiva de empregos, ou então, uma reforma trabalhista mais contundente e duradoura.

A infraestrutura devido à natureza e tamanho do investimento é um assunto que envolve sempre Estado e desenvolvimento. As diretrizes expostas no plano de governo de Aécio falarão sobre reconhecer os recursos privados como parte importante do financiamento, inclusive por meio de parcerias. Fala-se também em criar um novo modelo de investimento que reduza a incerteza regulatória e prova estabilidade no modelo de operação. Esse ponto apresenta o que Fonseca, 2015 expõe sobre governos Ortodoxos que tem uma visão de estabelecer um ambiente que propicie investimentos e conseqüentemente desenvolvimento econômico.

A política industrial traz a mesma abordagem das outras seções. Se fala em integração com o parque industrial internacional e conexão com as cadeias globais de produção. Incentivos e apoio à conexão com o agronegócio também incentivos à inovação. Sobre exportações existe um aprofundamento do planejamento, onde fala-se em estabelecer junto ao setor industrial quais produtos manufaturados o país deve explorar, bem como de que forma esses produtos agregam valor na sua

produção, de modo que haja valorização do produto. Para alcançar essa valorização da manufatura exportada fala-se em design, desenvolvimento de marcas, inovação em produto e processo e materiais especiais. Em seguida fala-se novamente em estímulos na direção de maior produtividade e melhorias em infraestrutura e burocracia. Nota-se que não existe um plano definido para a indústria, não existe um planejamento que irá direcionar a economia no período do governo, não existe um plano de médio prazo, não há alvos ou metas para a indústria alcançar. O que é posto está na direção de melhorar os instrumentos existentes e aperfeiçoar o ambiente da economia nacional. É como uma limpeza e upgrade e não como uma reforma estrutural. Poderia se pensar que são apenas diretrizes e portanto não está especificado, apenas apontado a direção. Repito: minha crítica não é falta de clareza ou superficialidade na exposição, mas sim que aquilo que está posto aponta na direção de uma economia que será sem burocracia e com incentivos do Estado para que os agentes possam empreender e criar. Fala-se em simplificação da economia, mas não se fala numa direção para os quatro anos de governo.

Já na parte final o plano fala em uma reforma tributária. Segundo o programa o Brasil tem uma elevada carga tributária para seu nível atual de desenvolvimento. A saída passa por uma melhoria no sistema tributário pois existe nele distorção e complexidade desnecessários. O exemplo citado é o grande número de impostos e contribuições que aumentam muito a burocracia e custo das empresas. São colocadas três diretrizes: simplificação do sistema visando revisão de competências tributárias e unificação de impostos que incidem na mesma base; agilização no aproveitamento de saldos credores junto ao fisco e por fim unificação do cadastro único para pessoas e empresas com vista a minimizar grande parte da complexidade do sistema tributário. O teor empresarial na abordagem do tema e no caráter das diretrizes é notável aqui.

4.3.3 O desenvolvimentismo nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?

De todos planos analisados até aqui o plano de Aécio é o mais distante da visão política desenvolvimentista. Tanto em seu conteúdo como nas diretrizes o

descompasso é grande. O conteúdo do programa focaliza em problemas e soluções diferentes de quem almeja que o Estado responda a uma mudança do status quo por meio de um planejamento que será conscientemente formado e aplicado. Além disso, as diretrizes não apontam para um papel ativo do Estado no processo de desenvolvimento da economia. Seu discurso o posiciona como um sujeito que dará suporte e incentivos para que a economia possa avançar, entretanto, não será o ator principal.

Como já exposto, o programa foi estruturado em diretrizes, ou seja, enunciados curtos que sinalizam o caminho que será tomado. Portanto, não existe uma estruturação forte entre as propostas e também sente-se a ausência de maior explanação e interconexão entre os pontos. Por isso a análise ficou tão prejudicada, pois nosso objetivo é procurar a presença de um conceito, não apenas de pistas em frases soltas e desconectadas.

Desde a primeira seção, ciência tecnologia e inovação, até a última que é turismo, o programa de governo de Aécio não trata a política industrial como uma prioridade para que haja desenvolvimento econômico. Variáveis como simplificação e empreendedorismo são apresentadas no mesmo nível de importância que a política industrial. Como sabemos isso é muito discrepante à visão desenvolvimentista da economia, afinal, a indústria é considerada vital para o desenvolvimentismo. De todos os programas analisados, podemos concluir que a menor correspondência de todas entre conceito e plano está dado no programa de governo de Aécio Neves.

4.4 DILMA ROUSSEF

4.4.1 Apresentação do plano

Dilma Vana Rousseff ganhou as eleições de 2014 com 54.483.045 dos votos no segundo turno. Com quase 52% dos votos válidos, Dilma tornou-se a terceira

candidata da história do Brasil a ser reeleita. Dilma nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1947, possui ascendência Búlgara por parte de Pai e é formada em Economia. Possui uma história na luta armada brasileira contra a ditadura, e também uma história na formação do PDT. Dilma filiou-se ao PT no ano 2000, após ter participado no governo de Alceu Collares no Rio Grande do Sul. Vemos que ela fez um movimento contrário ao de Marina e de Luciana Genro, enquanto elas saíram do PT para outros partidos, Dilma saiu do PDT para compor o PT.

O programa de governo de Dilma apresentado ao TSE é um discurso contínuo, sem nenhum índice ou subdivisão explícita e que expõe a visão da chapa em relação à situação atual da economia brasileira. É também um programa curto com apenas 25 páginas. Além disso, fala dos 12 anos de governo do PT e apresenta a visão da candidatura para um novo ciclo histórico. Como nosso foco é identificar a aderência do plano ao desenvolvimentismo e não analisar o governo Dilma, vamos olhar todo o trabalho em nossa análise, com o foco na última parte que trata da visão de política para o novo ciclo almejado.

4.4.2 Análise do Plano

O programa de governo é apresentado em linhas gerais que serão discutidas posteriormente com os movimentos sociais e partidos aliados, por meio de grupos temáticos que aprofundarão as linhas gerais. O texto inicia com uma prévia do que seguirá: forte recapitulação dos 12 anos de governo do PT com todas as mudanças trazidas e um indicativo do novo ciclo que se almeja para a economia. O programa falará da necessidade de inaugurar um novo ciclo de mudanças para superar problemas estruturais que impedem o desenvolvimento de um país mais justo e sem retrocessos. E isso se dará num modelo de três pilares básicos, dois desses já presentes nas gestões anteriores e um novo que será a “novidade” do plano de governo para o novo ciclo. Os pilares já presentes são a solidez econômica e a amplitude das políticas sociais, e o novo pilar é a competitividade produtiva. O meio para alcançar o terceiro pilar será investimentos em produção e consumo de massa, investimento em educação e na desburocratização do Estado. Depois de uma longa

apresentação dos resultados positivos de seu governo, é apresentado os 3 pilares de seu modelo para gerar o novo ciclo.

A solidez econômica é apresentada com a informação de que todos os indicadores econômicos do período são positivos e sempre muito melhores que os vigentes em 2002. Apresenta-se o controle da inflação e a diminuição da desigualdade, além de uma série de políticas de incentivo aos setores produtivos, como basilares do trabalho até então executado.

Interessante notar na fala sobre empreendedorismo, como vimos um ponto muito explorado nos outros planos de governo, a visão clara que o governo deve ter um papel de sustentação e incentivo ao ambiente empreendedor, ou seja, vai além de proporcionar um ambiente favorável aos empresários, mas sim atua também no envolvimento mais direto. Apresenta-se a criação do SIMPLES nacional que cumpre um papel de taxação diferenciada para pequenas empresas, a criação do MEI (Micro empreendedor individual) um instrumento que tirou milhões da informalidade. Numa postura mais atuante do Estado no empreendedorismo, aparece o CRESCER, programa de microcrédito produtivo orientado para facilitar o acesso dos pequenos empreendedores aos recursos de financiamento do Estado. O texto ainda apresenta a elevação da taxa de investimento de 2002 a 2013, que passou de 16,4% para 18,2%. Em seguida é apresentada uma posturas dos Governos petistas, em dois momentos diferentes: primeiro o plano diz que “Os governos Lula e Dilma se propuseram e dar um caminho de desenvolvimento contínuo ao país...” PARTIDO DOS TRABALHADORES, (2014), ou seja, assume claramente uma posição de responsabilidade pelo desenvolvimento; e na segunda vez, e logo em seguida, ele falará que “Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa de Investimento em Logística, os governos do PT assumiram a histórica tarefa de investir na infraestrutura logística brasileira, fundamental para o crescimento e a competitividade de nossa economia. Investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada estão mudando radicalmente nossas rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, nossa capacidade de geração de energia e nossa infraestrutura urbana, com destaque para habitação, mobilidade urbana e saneamento básico.”

Finalizando a seção econômica, são apresentados resultados de emprego,

chegando a falar que em 2014 a economia chegou a uma situação de pleno emprego. Para finalizar, e já na transição para o assunto seguinte reforça-se uma ideia de que está sendo dado um rumo específico para a economia nacional, e que na escolha da inclusão social, o governo mostrou que escolheu um caminho que não possui retorno, e que pede por mais mudanças e mais avanços.

4.4.3 O desenvolvimentismo nas eleições de 2014: a retomada de um projeto nacional?

Nas primeiras linhas falando de economia, o plano de governo é categórico ao afirmar:

“A profissão de fé do PT em um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável mostrou-se o caminho para construir um país melhor e muito menos desigual do que o oferecido ao Brasil antes de 2002. **Um modelo sustentável de desenvolvimento**, (GRIFO DO AUTOR) baseado no aumento de investimentos na economia, em inflação baixa, numa radical redução da pobreza, em redistribuição de renda e no fortalecimento do consumo de massa.”

PT, (2014)

Nota-se aqui a anunciação de um plano de desenvolvimento que o governo tomará, num processo totalmente consciente e direcionador do desenvolvimento da economia nacional. Além disso, sua ênfase em indicadores sociais o coloca muito próximo ao que Mollo, (2015) chama de social-desenvolvimentismo. Esse é uma parte central do nosso conceito de desenvolvimentismo, e o encontramos numa afirmação categórica do plano de governo de Dilma Roussef, entretanto convém pontuar-se: isso não coloca o plano de Dilma como desenvolvimentista de fato, discutiremos adiante esse ponto.

Apesar de ser um texto único, sem uma organização clara das políticas, esse é o plano de governo, dentre os quatro analisados, que mais toca na realidade econômica. Seja pelos dados apresentados das gestões anteriores, algo particular que o PT pode apresentar, ou pelas intenções de continuidade em relação a algumas políticas específicas. Portanto, aqui tem-se uma ideia rica da realidade de gestão que o plano de governo apresenta. O ponto principal na análise sobre a influência do conceito de desenvolvimentista no plano de governo de Dilma está na sua intenção assumida de ditar um plano de desenvolvimento para a economia. O desenvolvimento não é colocado como resultado das forças de mercado ou do mercado internacional, ou de alguns setores, mas sim como uma escolha consciente do Estado. Convém esclarecer: não é um Estado centralizador e 'faz tudo', mas ele que aponta a direção e que colabora substancialmente no desenvolvimento. Parece no texto que a intenção de ditar o desenvolvimento é maior que as próprias políticas praticadas ou planejadas. É como se o governo fosse mais desenvolvimentista no programa e discurso do que de fato nas políticas assumidas. Como apresentado na introdução, essa cisão entre realidade e plano de governo é uma peculiaridade dos planos de governo, e portanto, já se estava consciente disso. Entretanto, tendo em vista estarmos falando de um discurso relativamente forte no desenvolvimentismo, após uma gestão que trouxe dados sem a mesma força de expressão, pode-se pensar em impossibilidades desse governo ter mais força no discurso do que na prática, e não ir diretamente pra conclusão de farsa no discurso. Vemos isso na política do micro empreendedor: o Estado é convocado, pelo próprio governo, a estimular e fortalecer o micro empreendedorismo colocando em prática até mesmo alguns pontos prometidos em constituição. Entretanto, são apresentados dois planos de suporte (MEI e SIMPLES) e a ação mais incisiva é uma linha de crédito ao micro empreendedor. Não estou diminuindo as ações, mas afirmando que comparados ao discurso, a prática não é tão vigorosa assim. Pode-se afirmar que o plano de Governo de Dilma é mais próximo ao conceito de desenvolvimentismo quando apresenta sua intenção e suas ideias, do que quando apresenta suas políticas e resultados. Entretanto no todo, pode-se dizer que comparado aos outros planos existe uma correspondência considerável entre o conceito de desenvolvimentismo apresentado e programa de governo apresentado por Dilma Rouseff.

5 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho é analisar a influência do desenvolvimentismo sobre o debate atual de política econômica no Brasil. Para isso chegamos a um conceito de desenvolvimentismo, e para representar o debate de política econômica, usamos os planos de governo das eleições de 2014. O processo de encontrar um conceito de desenvolvimentismo que servisse ao objetivo do trabalho foi encontrado com facilidade, tendo em vista o conteúdo disponível acerca desse tema, bem como os trabalhos anteriores já feitos nessa direção. Portanto, o presente trabalho cumpriu o papel de sintetizar as informações e fazer uma contribuição pontual ao depreender dos conceitos apresentados pelos autores alguns pontos que apareciam em semelhança, e com eles formular um conceito próprio. Na análise dos planos de governo, esse conceito de desenvolvimentismo encontrado serviu como base e norte para a análise, entretanto, o que encontramos nos planos de governo nos fez retornar aos conceitos de variados autores estudados anteriormente. Portanto, não ficamos presos a um conceito apenas, mas foi estabelecido um diálogo eficiente entre os diferentes conceitos também na análise dos planos de governo propostos. Indubitavelmente a síntese conceitual foi uma das contribuições do presente trabalho.

A análise dos planos de governo selecionados foi bem sucedida, entretanto, não muito objetiva, igual ao material encontrado nos planos de governo. Portanto, não foi possível fazer afirmações categóricas acerca dos planos ou dos líderes políticos analisados. Devido ao problema indicado na introdução, de que os planos possuem um caráter discursivo e não de um compromisso de gestão, deparou-se com palavras vagas e afirmações desconexas sem muita construção lógica. Como se para apenas cumprir a determinação jurídica e não para apresentar um planejamento econômico. Dois planos, de Marina e Aécio, se estruturaram em diretrizes postas em enunciados sem grande estruturação. Apenas Dilma apresentou números, todos os outros se limitaram a expressões de enunciação do que será feito, sem muito aprofundar o como será feito. Não lhes faltou amplitude, os planos falaram de política industrial, turismo, desburocratização, meio ambiente, pesquisa tecnológica, câmbio e etc....Entretanto, lhes faltou perspicácia na estruturação das

propostas. Como falado na introdução, essa já era uma realidade prevista, que não inviabilizou a proposta, mas que sim impediu a construção de conclusões categóricas.

Portanto, não podemos concluir afirmações categóricas como a de que algum dos planos de governo analisados seja desenvolvimentista, mas pode-se afirmar, ter encontrado vários pontos de contato entre o conceito de desenvolvimentismo e os planos de governo apresentados nas eleições de 2014. É impossível para o presente trabalho afirmar que todos esses pontos de contato sejam de fato fruto da influência desenvolvimentista, ademais percebe-se em algum deles uma clara relação.. Uma das congruências mais fortes, foi encontrar um dos autores referenciais para o trabalho presente na formulação de um dos planos de governo. Fica impossível desconsiderar a influência do desenvolvimentismo no debate econômico atual. O impasse é a inviabilidade de provar a relação entre os supostos pontos de contato e o pensamento desenvolvimentista. Entretanto, é imprudente deixar de considerar a quantidade de semelhanças entre as bandeiras defendidas pelo desenvolvimentismo e o apresentados nos planos de governo. Não encontramos um plano de governo que apresentasse propostas integralmente desenvolvimentistas, segundo nosso conceito. Nenhum plano de governo era 'puramente' desenvolvimentista. Entretanto, os quatro pontos que chegamos no final do capítulo 3 apareceram recorrentemente nos trabalhos, dentre eles os mais destacados: indústria como essencial ao crescimento e a necessidade de um plano de crescimento que o Estado fosse ator principal. Essa presença relativamente maciça de pontos que formam o conceito em todos os planos de governo analisados é notável. Pois mesmo com histórias políticas diferentes e visões econômicas opostas, nos quatro planos de governo encontramos a presença desses pontos. Em níveis diferentes, entretanto, todos tiveram a presença de algum deles. Isso pode ser o indicativo de que o desenvolvimentismo, enquanto teoria, possui um papel ativo na defesa de determinadas políticas econômicas no Brasil, não tendo poder para ser defendido em seu conjunto, entretanto importante na defesa de determinados pontos e que mesmo que vindo de posições diferentes, todas as lideranças são influenciadas em maior ou menor medida.

REFERÊNCIAS

ABRIL, editora. **Almanaque Abril**. 28ª ed. São Paulo: Editora Abril, 1995.

AMSDEN, A. H. **The rise of the rest: challenges to the west from late-industrializing economies**. New York: Oxford University Press, 2001.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. 11ª edição. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

BEILSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. 1988. Série PNPE, n. 19.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Modelos de Estado desenvolvimentista. **Textos para discussão da escola de economia de São Paulo**, São Paulo, n. 412, pp. 1-25, fevereiro 2016.

CURADO, Marcelo. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista? **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 37, n. 1 (146), pp. 130-146, janeiro-março/2017.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**, Paraná, Volume Especial, pp. 91-103, Ano 07, 2011.

CHANG, H-J. The Economic theory of the developmental State. *In*: WOO-CUMINGS, M. (Ed.). **The developmental State**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1999.

EVANS, P. The State as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change. *In*: HAGGART, S.; KAUFERNAN, R. (Coord.). **Politics of economic adjustment**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Textos para Discussão**, Brasília, v. 3, n. 2103, pp. 1-66. 2015

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 31, pp. 5-30, fevereiro 2012.

GURRIERI, A. **La obra de José Medina Echavarría**. Madri: ICI, 1980. Selección y estudio preliminar.

HERRLEIN JR., R. **Um roteiro para investigar o Estado desenvolvimentista na história**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. Mimeografado.

JOHNSON, C. **MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975**. Stanford: Stanford University Press, 1982.

_____. The developmental State: odyssey of a concept. *In*: WOO-CUMINGS, M. (Ed.). **The developmental State**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1999.

LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Tradução Dora Rocha.

LOPES, Herton C. O novo desenvolvimentismo: uma contribuição institucionalista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 36, nº 4, pp. 807-826, outubro-dezembro/2016.

MOLLO, Maria Lourdes. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.131-143, jul.-dez. 2016

PIRES, Julio Manuel. Desenvolvimentismo versus liberalismo econômico no período populista e o gasto público social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 , p. 529-556, dez. 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Mais mudanças, mais futuro: Plano de Governo de Dilma Roussef, 2014. 25 p. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf> > Acesso em: 02/06/2014.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

WADE, R. **Governing the market**: economic theory and the role of the government in East Asian industrialization. Princeton: Princeton University Press, 1990.